KIT GAION

Um ano da desocupação do PINHEIRINHO

Famílias conquistam moradia e lutam pela desapropriação do terreno de Naji Nahas

[págs 18 e 19]

PSTU

Opinião Socialista

WWW.PSTU.ORG.BR ▸ NÚMERO 455 ▸ 23 DE JANEIRO A 19 DE FEVEREIRO DE 2013 ▸ ANO 17

R$ 2

ROOSEVELT CÁSSIO/SINDMETALSJC

GM ameaça demitir 1800 trabalhadores

Dilma tem de garantir os empregos dos metalúrgicos!

Veja como as montadoras, que recebem benefícios do governo, lucram no Brasil e mesmo assim demitem e atacam direitos.

[págs 9, 10 e 11]

CLEBER E AMANDA: VEREADORES SOCIALISTAS TOMAM POSSE

Veja o início dos mandatos socialistas em Belém e Natal

[págs 4 e 5]

VENEZUELA: O VERDADEIRO SIGNIFICADO DO CHAVISMO

[págs 14 e 15]

ENTREVISTA: GRUPO INDIANO FALA SOBRE A LUTA CONTRA OPRESSÃO NO PAÍS

[pág 17]

CERCO ÀS FERROVIAS 1 - Alvo de inúmeros protestos realizados pelos movimentos sociais, a Vale agora quer fazer algo inusitado: construir cercas em trechos das ferrovias utilizadas pela mineradora.

CERCO ÀS FERROVIAS 2 – O objetivo é impedir que novos protestos organizados por sem-terras ou populações indígenas paralisem as ferrovias. A última foi de indígenas, em outubro de 2012, no Maranhão, e durou cerca de três dias.

SEM REFORMA AGRÁRIA

2012 vai entrar para história como o pior ano (dos últimos 16) em relação à reforma agrária. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no ano passado foram assentadas pouco mais de 21 mil famílias. Mas, novos dados do mesmo órgão indicam que, de janeiro a novembro, somente 10.815 famílias foram assentadas. Os dados mostram com clareza que, sob os governos do PT, a reforma agrária parou. Isso porque o governo prioriza o grande latifúndio e a produção de poucos produtos para a exportação, em detrimento do fortalecimento da agricultura familiar camponesa.

PÉROLA

Não é justo que uma pessoa possa se aposentar aos 53 anos. Nos demais países do mundo a idade mínima gira em torno de 65 anos.

GARIBALDI ALVES, Ministro da Previdência, retomando o discurso do governo FHC. Garibaldi defendeu a adoção da idade mínima para aposentadoria. (Rede Brasil Atual, 11/01/2012)

LATUFF

MUSEU DO ÍNDIO

A ocupação do Museu do Índio, realizada no último dia 12, no Rio de Janeiro, colocou em evidência a resistência dos movimentos sociais contra a ameaça de destruição de vários espaços públicos em função das obras da Copa. Sob o pretexto de "atender as exigências da FIFA", o governador Sergio Cabral (PMDB) quer destruir um prédio histórico de relevante importância para preservação da cultura indígena, uma escola pública considerada modelo e um complexo esportivo fundamental para os atletas e a comunidade do bairro, que o utiliza para atividades esportivas. Trata-se de um pretexto para enriquecer os já bilionários empresários que esperam faturar R$ 3 bilhões com os Jogos Olímpicos e a Copa de 2014.

IMPUNIDADE 1

A chamada chacina de Unaí, cidade do noroeste de Minas Gerais, ocorreu há nove anos e nenhum dos denunciados foi julgado. A chacina refere-se ao assassinato de quatro servidores do Ministério do Trabalho e Emprego, durante uma fiscalização contra o trabalho escravo, na manhã de 28 de janeiro de 2004. Um dos acusados é o ex-prefeito de Unaí Antério Mânica, que deixou o cargo no ano passado após duas gestões.

Errata - Ao contrário do que foi informado na matéria "Europa: recessão e estagnação da economia em 2013", da edição 454, o Santander não possui 30% do mercado bancário brasileiro. Esse índice se refere à percentagem do Brasil nos lucros do banco

IMPUNIDADE 2

O julgamento do latifundiário Adriano Chafik, responsável pelo Massacre de Felisburgo, que resultou na morte de cinco sem terra do acampamento Terra Prometida, em 2004, foi adiado pela Justiça de Minas Gerais. O juri estava marcado para 17 de janeiro, mas foi adiado por "problemas jurídicos" no processo. Em 20 de novembro de 2004, o fazendeiro Chafik e seus jagunços invadiram o acampamento Terra Prometida, no município de Felisburgo, assassinaram cinco trabalhadores rurais e deixaram mais de 20 gravemente feridos. Depois de 8 anos, ninguém foi punido. Em nota, o MST e o Comitê Justiça Felisburgo classificam o adiamento como "lamentável".

UMA PERDA IMENSA: MORREU JOÃO ZINCLAR

Em 19 de janeiro, perdemos um militante aguerrido que dedicou sua vida à transformação dessa sociedade. Aos 56 anos, João Zinclar foi vítima um acidente que envolveu o ônibus em que ele viajava na BR 101. Militante socialista, companheiro solidário e pai amoroso, João foi operário metalúrgico e integrou a direção do sindicato da categoria em Campinas, de 1990 a 1996. Depois, Zinclar se dedicou a fotografar a luta dos trabalhadores. Um dos seus trabalhos foi o livro de fotografias sobre a luta contra a transposição do Rio São Francisco - *"O Rio São Francisco e as Águas do Sertão"*. João deixa uma filha e muitos companheiros, de diferentes organizações, que o admiravam e respeitavam pelo militante e ser humano que era.

Militante do PSTU morre em Belém. Adilson, presente!

Faleceu, no dia 6 de janeiro, o militante do PSTU em Belém Adilson Duarte Monte, de 25 anos. Adilson morreu afogado na praia do "Vai-quem-quer", na Ilha de Cotijuba.

Militante do partido desde 2006, Adilson ingressou no PSTU quando ainda era estudante da Universidade do Estado (UEPA). Nos últimos anos, o camarada trabalhava na construção civil, onde era conhecido como "Harry Potter". Apesar de não falar muito, dificilmente via-se Adilson de mau humor, ou indisposto a cumprir qualquer tarefa, fosse no trabalho ou na militância.

Nossa imensa dor pela perda de um grande camarada mistura-se com a indignação pela falta de ação das autoridades para impedir que tragédias como esta sigam ocorrendo. Já morreram vários banhistas no local e, mesmo assim, a região não conta com salva-vidas ou bombeiros. Cobramos providências da prefeitura e do governo do estado, para que menos famílias tenham que chorar a perda de jovens e trabalhadores que vão às nossas praias em busca de lazer.

Adilson tinha um sonho, um sonho de construir um futuro justo e humano, em que as pessoas pudessem viver plenamente: uma sociedade socialista. Camarada Adilson estará presente enquanto houver mulheres e homens que lutam pelo socialismo e pela revolução!

OPINIÃO SOCIALISTA
publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Avenida Nove de Julho, 925
Bela Vista - São Paulo - SP
CEP 01313-000
Fax: (11) 5581.5776
e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL
Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary

EDITOR
Eduardo Almeida Neto

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO
Diego Cruz, Jeferson Choma, Raiza Rocha, Luciana Candido, Wilson H. da Silva

DIAGRAMAÇÃO
Thiago Mhz, Victor "Bud"

IMPRESSÃO
Gráfica Lance
(11) 3856-1356

ASSINATURAS
(11) 5581-5776
assinaturas@pstu.org.br
www.pstu.org.br/assinaturas

Endereços das sedes

SEDE NACIONAL

Av. 9 de Julho, 925
Bela Vista - São Paulo - SP
CEP 01313-000 | Tel. (11) 5581.5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - *maceio@pstu.org.br* | *pstual.blogspot.com*

AMAPÁ

MACAPÁ - Rua Professor Tostes, 1282 - CEP. 68900-030. Bairro Santa Rita. Tel: (96) 3224.3499 | macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823 - Centro. (92) 234.7093
manaus@pstu.org.br

BAHIA

SALVADOR - R. da Ajuda, 88, sala 301 - Centro. (71) 3015.0010 *pstubahia@gmail.com*
pstubahia.blogspot.com
CAMAÇARI - R. Emiliano Zapata, s/n - CEP 42800-910 - Nova Vitória

CEARÁ

FORTALEZA - R. Juvenal Galeno, 710 - Benfica. (85) 3044.0056
fortaleza@pstu.org.br
JUAZEIRO DO NORTE - R. São Miguel, 45 - São Miguel.
(88) 8804.1551

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - SCS Quadra 6, Bloco A, Ed. Carioca, sala 215 - Asa Sul.
(61) 3226.1016 | *brasilia@pstu.org.br*
pstubrasilia.blogspot.com

GOIÁS

GOIÂNIA - Rua 237, nº 440, Qd-106, Lt- 28, casa 02 - Setor Leste Universitário.
(62) 3541.7753 | *goiania@pstu.org.br*

MARANHÃO

SÃO LUÍS - Av. Newton Bello, 496, sala 10 - Monte Castelo.
(98) 8812.6280/8888.6327
saoluis@pstu.org.br
pstumaranhao.blogspot.com

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165 - Jd. Leblon. (65) 9956.2942/9605.7340

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921 - Vila Planalto.
(67) 3331.3075/9998.2916
campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE - Av. Paraná, 158 - 3º andar - Centro. (31) 3201.0736 | *bh@pstu.org.br* | *minas.pstu.org.br*
BETIM - (31) 9986.9560
CONTAGEM - R. França, 352, sala 202 - Eldorado. (31) 2559.0724
ITAJUBÁ - Av. Engenheiro Pedro Fonseca Paiva, 188/303 -
Bairro Avenida. (35) 8402.1647
JUIZ DE FORA - Av. Rio Branco, 1310 (sobrado) - Centro. *pstu16juizdefora@gmail.com*
MARIANA - Rua Jequitibá nº41, Bairro Rosário. (31) 8837-0478 | *pstumariana@gmail.*
UBERABA - R. Tristão de Castro, 127. (34) 3312.5629 | *uberaba@pstu.org.br*
UBERLÂNDIA - (34) 8807.1585

PARÁ

BELÉM - Av. Almirante Barroso, Nº 239, Bairro: Marco. Tel: (91) 3226.6825
belem@pstu.org.br

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - Av. Apolônio Nobrega, 117. Bairro Castelo Branco (83) 241-2368. *joaopessoa@pstu.org.br*

PARANÁ

CURITIBA - Av. Vicente Machado, 198, C, 201. Centro
MARINGÁ - R. Castro Alves, 269 - Jd. Panorama. Sarandi-PR. (44) 9963-5770 | (44) 9944-2375

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua do Príncipe, 106, Soledade, Recife-PE CEP 50050-410
pernambuco@pstu.org.br
www.pstupe.org.br

PIAUÍ

TERESINA - R. Quintino Bocaiúva, 421.
teresina@pstu.org.br
pstupiaui.blogspot.com

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO - R. da Lapa, 180 - Lapa. *(21) 2232.9458*
riodejaneiro@pstu.org.br | *rio.pstu.org.br*
MADUREIRA - Av. Ministro Edgard Romero, 584/302. Próx ao CDD Correios de Vaz Lobo.
DUQUE DE CAXIAS - Av. Brigadeiro Lima e Silva, 2048, sala 404 - Centro.
d.caxias@pstu.org.br

NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633/308 - Centro.
niteroi@pstu.org.br
NORTE FLUMINENSE - R. Teixeira de Gouveia, 1766, Fundos - Centro de Macaé. (22) 2772.3151
NOVA FRIBURGO - R. Guarani, 62 - Cordoeira
NOVA IGUAÇU - R. Barros Júnior, 546 - Centro
VALENÇA - *sulfluminense@pstu.org.br*
VOLTA REDONDA - R. Neme Felipe, 43, sala 202 - Aterrado.
(24) 3112.0229 | *sulfluminense@pstu.org.br* | *pstusulfluminense.blogspot.com*

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL - Av. Rio Branco, 762 - Cidade Alta - (ao lado do Centro de Atendimento ao Cidadão). (84) 2020.1290. natal@pstu.org.br. psturn.blogspot.com

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE - R. General Portinho, 243 - Porto Alegre.
(51) 3024.3486/3024.3409
portoalegre@pstu.org.br
pstugaucho.blogspot.com
GRAVATAÍ - R. Dinarte Ribeiro, 105 - Morada do Vale I. (51) 9864.5816
PASSO FUNDO - Av. Presidente Vargas, 432, sala 20 - Galeria Dom Guilherm. (54) 9993.7180
SANTA CRUZ DO SUL - (51) 9807.1722
SANTA MARIA - (55) 9922.2448

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - R. Nestor Passos, 77 - Centro. (48) 3225.6831
floripa@pstu.org.br
CRICIÚMA - R. Imigrante Meller, 487 - Pinheirinho. (48) 3462.8829/9128.4579
pstu_criciuma@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO - *saopaulo@pstu.org.br*
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento. (11) 3313.5604
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 - São Miguel. (11) 7452.2578
ZONA SUL - R. Amaro André, 87 - Santo Amaro. (11) 6792.2293
ZONA OESTE - R. Alves Branco, 65 - Lapa de Baixo. (11) 7071.9103
BAURU - R. Antonio Alves, 6-62 - Centro. CEP 17010-170.
bauru@pstu.org.br
CAMPINAS - R. Saudanha Marinho, 990. (19) 3201.5672 | *campinas@pstu.org.br*
GUARULHOS - R. Harry Simonsen, 134, Fundos - Centro. (11) 2382.4666
guarulhos@pstu.org.br
MOGI DAS CRUZES - R. Prof. Floriano de Melo, 1213 - Centro. (11) 9987.2530
PRESIDENTE PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 101, sala 5 - Jardim Caiçara. (18) 3221.2032
RIBEIRÃO PRETO - R. Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos. (16) 3637.7242 | *ribeirao@pstu.org.br*
SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Carlos Miele, 58 - Centro. (11) 4339.7186 | *saobernardo@pstu.org.br*
pstuabc.blogspot.com
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - R. Romeu Carnevalli, 63, Piso 1 - Jd. Bela Vista. (12) 3941.2845 | *sjc@pstu.org.br*
EMBU DAS ARTES - Av. Rotary, 2917, sobreloja - Pq. Pirajuçara. (11) 4149.5631
JACAREÍ - R. Luiz Simon, 386 - Centro. (12) 3953.6122
SUZANO - (11) 4743.1365
suzano@pstu.org.br

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto, 1538-b - Conjunto Orlando Dantas.
(79) 3251.3530 | *aracaju@pstu.org.br*

TOCANTINS

PALMAS - (63) 8419.9194
pstutocantins.webnode.com

É hora de acordar!

Todos os trabalhadores podem recordar as promessas eleitorais. Bastava votar em um dos candidatos para que se operasse uma mudança completa na educação, saúde, transporte e moradia nas cidades. Toda a campanha do PSTU foi dedicada a mostrar que, ao estarem comprometidos com as grandes empresas, os novos prefeitos não iriam promover uma melhora na qualidade de vida das pessoas, mas a continuidade dos grandes lucros e negociatas das empresas.

Os primeiros passos dos eleitos indicam, no entanto, um caminho oposto ao anunciado nas eleições. Agora, todos justificam, com um motivo ou outro, sua inação, dizendo que não podem fazer o que querem. Um dos motivos mais citados é a dívida dos municípios.

Esse é um problema real, que sufoca as contas das prefeituras. Na verdade, é a expressão municipal do que também se passa no Estado nacional. Em 2012, o governo brasileiro pagou, em juros, 48% de todo o orçamento nacional. Ou seja, repassou para os banqueiros quase a metade de todo o dinheiro obtido com impostos e taxas. O pagamento das dívidas municipais à União é parte desse dinheiro repassado ao capital financeiro.

Esse fato gravíssimo, no entanto, já era de conhecimento dos prefeitos eleitos há muito tempo. Já sabiam disso ao fazerem suas promessas eleitorais. A dívida de São Paulo é impagável há mais de dez anos, com um patamar sempre superior ao dobro da arrecadação anual da cidade. Além disso, nenhum desses prefeitos se propõe a deixar de pagar essa dívida, porque estão de acordo com este tributo aos banqueiros.

Nenhum dos prefeitos eleitos tampouco se dispõe a deixar de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, que impõe severos limites aos gastos sociais, impedindo que a folha de pagamentos do funcionalismo dos municípios supere 60% dos gastos. Essa lei, aprovada em maio de 2000, durante o governo de FHC, foi mantida nos governos Lula e Dilma. Seu objetivo central não é impedir a corrupção, como diz a propaganda governista, mas garantir que o Estado pague a dívida aos banqueiros. Portanto, a desculpa dos prefeitos não é mais do que isso: uma desculpa.

Mas, mesmo assim, seguem as expectativas. Afinal, dizem os trabalhadores, é apenas o início dos mandatos. Mais à frente as coisas devem melhorar. Nós queremos alertar que pode acontecer exatamente o contrário. A desaceleração econômica está aproximando o país da estagnação e isso vai se refletir nas contas públicas. Assim, pode ser que as contas não melhorem e sim piorem no futuro.

É hora de acordar e exigir dos prefeitos que respondam às necessidades dos trabalhadores e do povo pobre que os elegeu. Exigir o congelamento dos preços das passagens, a legalização das ocupações e a construção de casas populares, assim como de creches.

DILMA, GARANTA OS EMPREGOS DOS TRABALHADORES!

Uma expectativa ainda maior que a existente em relação aos prefeitos se concentra ao redor da presidenta Dilma Roussef. Ela herdou a popularidade de Lula e, hoje, já corre em raia própria, batendo inclusive os recordes de apoio do presidente anterior.

Não existem mistérios na explicação desse apoio popular. Por um lado, o peso do PT, CUT, MST e entidades do movimento de massas que dão uma cara popular a um governo que serve aos interesses das grandes empresas.

Por outro lado, um longo período de crescimento que possibilitou garantir altíssimos lucros para as grandes empresas e algumas pequenas concessões, como a ampliação do emprego, pequena elevação do salário mínimo e o Bolsa Familia. Esse crescimento foi alavancado em um avanço ainda maior do crédito, elevando artificialmente o nível de consumo. As dívidas, hoje, consomem 44% do orçamento anual das famílias. Isso vai terminar explodindo em uma enorme bolha financeira.

Hoje, existe um nervosismo crescente nas cúpulas governistas. O anúncio do crescimento de 1% ou menos na economia lançou dúvidas sobre a continuidade da situação atual do governo, lançando nuvens nas perspectivas para 2014. O governo reage, lançando toda sorte de estímulos às grandes empresas. Mas não se preocupa em nada com os reflexos da economia sobre os trabalhadores.

É nesse sentido que a luta dos metalúrgicos da GM tem uma enorme importância para todos os trabalhadores do país. Em primeiro lugar, a batalha contra a demissão de 1800 operários da GM de São José dos Campos lança luzes sobre um fato que o governo quer esconder debaixo do pano: a forte desaceleração da economia coloca no horizonte a possibilidade de uma crise econômica no país. É um alerta para os trabalhadores de que esse período de crescimento está chegando ao seu limite.

Em segundo lugar, é um teste para o governo Dilma. Os trabalhadores devem acordar e enxergar a Dilma real. Até agora, o governo se dedicou a dar todos os tipos de concessões para as multinacionais produtoras de automóveis. Diminuiu o IPI por várias vezes e, agora (com plano Inovar-Auto), estendeu a redução até 2017. No entanto, a empresa quer demitir 1800 trabalhadores.

Os trabalhadores de todo o país devem exigir que Dilma garanta o emprego dos metalúrgicos da GM. É uma sinalização de qual será a atitude do governo em relação aos trabalhadores perante a possibilidade de que a crise chegue ao país.

Cleber Rabelo toma posse como vereador em Belém

Operário da construção civil, eleito pelo PSTU, afirma que seu mandato estará a serviço das lutas.

THIAGO CASSIANO, de Belém (PA)

No primeiro dia de 2013, foi realizada a cerimônia de posse do prefeito e dos vereadores eleitos em Belém. Nem a chuva impediu a militância do PSTU de sair pelas ruas da cidade para tomar posse junto com Cleber Rabelo. A cerimônia tradicional foi quebrada pelas palavras de ordem dos militantes do partido que afirmavam que, a partir daquele dia, a Câmara de Vereadores de Belém não será mais a mesma.

"E EM BELÉM, EU QUERO VER TRABALHADORES NO PODER!"

Durante a cerimônia, Cleber agradeceu os votos e a confiança dos 4.691 trabalhadores e jovens que, pela primeira vez, elegeram um operário da construção civil e militante do PSTU para o Legislativo, e reafirmou seu compromisso com as lutas imediatas e históricas que todos os dias são travadas pelos trabalhadores contra a barbárie capitalista. *"Belém está prestes há comemorar 400 anos, mas infelizmente os trabalhadores têm mais motivos para lamentar do que festejar. Todos os dias as manchetes dos jornais nos mostram assassinatos de jovens, mortes em filas de hospitais por falta de atendimento, faltam creche, saneamento e educação de qualidade porque a cidade é governada para os ricos e essa dura realidade tem que mudar!"*, afirmou o parlamentar.

Cleber também homenageou a família e os companheiros do agricultor Mamede Gomes, membro do MST e ocupação Mártires de Abril, em Mosqueiro, covardemente assassinado em seu lote agroecológico, no dia 23 de dezembro: *"As motivações do crime ainda não estão esclarecidas, mas gostaria de dizer aos companheiros do MST que estamos juntos na luta por justiça e pelas reformas agrária e urbana!"*. Rabelo também dedicou aquele momento aos cinco operários presos na greve de Belo Monte, em Altamira (PA).

"Nosso mandato estará voltado para os trabalhadores que vivem com um salário de fome, enquanto os ditos representantes do povo desfrutam de altos salários e mordomias pagos pelo suor dos trabalhadores. Contra essa falsa democracia, nosso mandato estará nos bairros, nas greves, nas ocupações, nos canteiros de obras e nas ruas sendo porta-voz das demandas da nossa classe pela construção de um mundo socialista", concluiu Cleber.

TRABALHADORES LOTAM SEDE DO SINDICATO PARA COMEMORAÇÃO

A comemoração da posse de Cleber Rabelo aconteceu no dia 5 de janeiro e lotou a sede campestre do Sindicato da Construção Civil. Mais que um momento de descontração, a festa também refletiu a política do partido. Logo após o almoço, os mais de 500 trabalhadores presentes assistiram a um vídeo com os melhores momentos da campanha: caminhadas, carreatas, passagens nos canteiros de obras e feiras que marcaram a campanha eleitoral do partido.

Representantes de diversas entidades se manifestaram. Ailson Cunha, do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belém, ressaltou a importância deste momento para os operários: *"Esta data é única porque os trabalhadores da construção civil participaram ativamente desta vitória e ajudaram a eleger um operário que vai falar por todos os trabalhadores na Câmara. Finalmente, nós, trabalhadores, temos um mandato pra chamar de nosso"*, disse.

Cleber reafirmou o caráter de seu mandato e disse que este será construído ao lado dos trabalhadores nas lutas e nas greves e ainda fez um convite a cada trabalhador presente: *"Eu seria mais um operário trabalhando dia e noite para sobreviver, porque nessa sociedade nós não temos direito a nada. A única forma de a gente mudar isso é construir essa ferramenta política. Então, eu faço um chamado a vocês: venham conhecer nosso partido, venham construir o PSTU para que nós possamos ser vitoriosos, para que nós nos libertemos da opressão e da exploração às quais estamos submetidos"*.

A programação cultural contou com a participação da banda do operário Sonivaldo Costa, conhecido na categoria por seus tecnobregas agitados. Durante as eleições, ele fez sucesso com jingle da campanha do Cleber Rabelo. Além disso, os presentes ainda puderam curtir o samba da banda Choramingando e a cantora Ana Paula, também conhecidos pelos militantes do partido, seus apoiadores e simpatizantes por agitarem as famosas Sextas Socialistas promovidas na época da campanha eleitoral. Ao final da atividade, 48 jornais **Opinião Socialista** foram vendidos e 53 pessoas deram um passo a mais e se filiaram ao PSTU.

VITÓRIA

Presos políticos de Belo Monte conquistam liberdade

No dia 18 de janeiro, foi expedido o alvará de soltura e os cinco operários, acusados de liderar uma greve nas obras da hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira, foram finalmente libertos.

Um dia antes da revogação da prisão, uma comissão parlamentar composta pelo vereador de Belém, Cleber Rabelo (PSTU) e pelos deputados estaduais Edmilson Rodrigues (PSOL) e Edilson Moura (PT), visitaram os cinco operários injustamente presos. A comissão ainda contou com a presença dos diretores do Sindicato da Construção Civil de Belém, "Zé Gotinha", e da advogada da CSP-Conlutas.

Cleber levou às autoridades locais um abaixo-assinado com as assinaturas de 17 vereadores de Belém, um vereador de Ananindeua e de um deputado estadual, exigindo a liberdade imediata dos presos políticos.

Após a visita aos trabalhadores, a comissão foi até o Fórum para uma audiência com o juiz substituto da 3ª Vara Criminal da Comarca de Altamira, DrºGleucivalZeed Estevão. O juiz notificou os presentes sobre o parecer do Ministério Público Estadual, favorável ao pedido de revogação da prisão preventiva apresentado pela advogada da CSP-Conlutas.

Cleber Rabelo, desde a prisão dos operários, tem acompanhado o processo junto a CSP-Conlutas e impulsionado a campanha pela libertação dos presos políticos. Na diplomação de vereadores eleitos de Belém, em dezembro de 2012, o protocolo foi quebrado quando Cleber Rabelo ergueu, junto com o diploma de vereador, um cartaz que defendia a liberdade dos operários de Belo Monte.

RECEPÇÃO

Diante da confirmação da liberdade provisória, a CSP-Conlutas e o Sindicato prepararam uma festa na sede da entidade, com a presença de Cleber Rabelo, de diversos operários de Belo Monte, além de sindicalistas e ativistas da região. *"Esses operários são verdadeiras vítimas da criminalização cada vez maior dos movimentos sociais nesse país"*, afirmou Cleber.

Os cinco operários permaneceram 65 dias encarcerados na delegacia de Altamira. A luta agora é pelo arquivamento definitivo do processo.

Combate aos privilégios marca início do mandato de Amanda

Vereadora do PSTU apresenta projeto alternativo contra aumento dos cargos comissionados na Câmara de Natal (RN)

GUSTAVO SIXEL, de Natal (RN)

Natal atravessa uma gravíssima crise. Na Educação, o ano letivo foi encerrado mais cedo por falta de dinheiro para pagar a merenda e funcionários terceirizados que estiveram até quatro meses sem salários, assim como os de outras áreas. Na Saúde, o fechamento de unidades agravou o caos, tema da imprensa nacional, com cenas da espera nos corredores dos hospitais e maternidades. Para completar, a cidade ficou 15 dias sem o recolhimento do lixo, com a sujeira nas ruas marcando o fim do governo de Micarla de Souza (PV).

Em meio a isso, a Câmara criou 80 cargos comissionados, somando-se ao reajuste dos salários dos parlamentares (de até R$ 18 mil), autorizado em dezembro. Ao todo, a Câmara deve gastar R$ 52 milhões neste ano.

O reajuste e a criação dos cargos marcaram a posse e o início do mandato da vereadora Amanda Gurgel. Na posse, no dia 1º de janeiro, centenas de pessoas realizaram um ato em frente à Câmara, contra o aumento e em apoio a sua candidatura à presidenta da Casa. Em seu discurso, Amanda denunciou o caos na cidade e o "desrespeito" dos vereadores em aumentar os salários, defendendo que o salário de um parlamentar seja igual ao que recebe um trabalhador. Sua candidatura recebeu apenas três votos, o dela e dos dois vereadores do PSOL. Mas recebeu apoio das ruas, de parte de seus 32.819 eleitores.

Dias depois, uma convocação extraordinária discutiu o aumento dos cargos. Apoiando-se no aumento do número de vereadores – de 21 para 29 – a Mesa Diretora propôs criar 80 novos cargos comissionados, somando-se aos 220 para os gabinetes. No entanto, a Câmara dispõe ainda de 148 cargos comissionados, nomeados diretamente pela Mesa Diretora, e centenas de efetivos e terceirizados.

Os três dias foram marcados por pedidos de informações sobre esses cargos - onde estão e quanto recebem - e por um duro debate. Um vereador chegou a falar que *"quem não quiser cargo, me dá, que tem muita gente precisando de emprego"*, em uma mostra de como os cargos são usados para a troca de favores.

Amanda pediu a suspensão da sessão, até que fossem enviadas as informações sobre os 148 cargos, e apresentou um projeto substitutivo, que proibia criar os 80 cargos. O projeto reduzia os cargos de cada gabinete durante 90 dias, prazo para que fossem remanejadas as vagas dos 148 existentes. Seu projeto recebeu 7 votos, polarizando o debate. Em discurso, ela questionou: *"Todo mundo aqui fala de lei disso, lei daquilo. Mas não somos nós que fazemos as leis? Não é aqui? Então vamos fazer uma lei pra barrar esse absurdo"*.

AMANDA GURGEL em sessão na Câmara.

A reação na cidade e nas redes sociais contra os novos cargos foi imediata, e houve muitas declarações de apoio a Amanda pela sua posição.

CONTRA O CAOS, NATAL PARA OS TRABALHADORES

O ano será de grandes lutas para os trabalhadores de Natal. Diante da crise na cidade, o novo prefeito, Carlos Eduardo Alves (PDT), que conta com apoio do PCdoB e de grande parte do PT, já pede "paciência" aos trabalhadores, para "arrumar a casa". Ele aproveita-se ainda da comparação com o governo Micarla, reprovado por 96% dos natalenses. *"Não basta tirar o lixo das ruas. Não pode ser que o novo governo jogue a conta da crise para os trabalhadores, os mesmos que sofreram com o caos de Micarla e de tantos governos"*, diz Amanda.

Plenária discute iniciativas e perfil do mandato

JOÃO PAULO, de Natal (RN)

No dia 12 de janeiro, foi realizada a primeira plenária do mandato de Amanda Gurgel, com cerca de 120 pessoas. A reunião teve início com um minuto de silêncio em memória do operário da construção civil de Belém (PA) e militante do PSTU, Adilson Duarte, que faleceu no dia 6.

O perfil do mandato esteve presente desde a abertura, com a apresentação de cordelistas. Na mesa, coordenada por Dário Barbosa, presidente estadual do partido, estavam ainda Fábio José, ex-vereador pelo PSTU em Juazeiro do Norte (CE), entre 2001 e 2004; e Romildo Raposo, ex-vereador pelo PT em Diadema (SP), entre 1989 e 1992, quando militava na Convergência Socialista. Os dois contaram suas experiências.

Fábio disse que o parlamento deve servir como ponto de apoio dos revolucionários. *"O mandato socialista tem que servir para potencializar e fortalecer a mais elementar reivindicação. Se nós queremos fazer uma revolução nesse país, devemos disputar as consciências dos trabalhadores. Um mandato ajuda nessa luta, mas não é o objetivo final. Não se chega ao socialismo pelo parlamento"*, afirmou. *"Vão tentar nos intimidar. Quando fui vereador, passei duas semanas com um matador rondando o quarteirão de casa. Quem garantiu minha segurança, quando sofri ameaças de morte, foi o partido. Não foi a polícia"*, lembrou.

Romildo Raposo foi eleito em Diadema (SP), durante um ascenso do movimento operário e das lutas. Ele reforçou o chamado a todos participarem. *"Ela vai estar num covil de bandidos. E vai precisar da ajuda de vocês e do partido para enfrentá-los"*, afirmou. Como vereador, Raposo chegou a ser preso por vários meses, depois de apoiar uma ocupação urbana. Para Romildo, essa experiência ilustra como deve ser um parlamentar socialista. *"É preciso muita denúncia, apresentar projetos que atendam as necessidades dos trabalhadores e sempre discutir tudo com as categorias, com os moradores. É pra mobilizá-los que usamos o mandato"*, explicou.

Amanda contou um pouco da experiência nas primeiras sessões na Câmara e afirmou que estará a serviço das lutas por saúde, educação, transporte e em defesa das mulheres. Ela destacou que sua atuação não será indiferente diante da violência machista e que irá lutar, com as mulheres, pela criação de delegacias especiais e mais casas-abrigo. *"Em briga de marido e mulher, nosso mandato vai, sim, meter a colher"*, avisou.

Uma das primeiras falas do plenário foi a petroleiro Ionaldo Morais, ex-militante do PCdoB. *"Eu ouvi as palavras 'revolução' e 'socialismo' bem mais vezes nesta plenária do que em 20 anos como militante do PCdoB. Eu saí de lá pelo mesmo motivo que eu entrei, por acreditar no socialismo"*, afirmou.

Muitos trabalhadores e trabalhadoras fizeram propostas e 46 se dispuseram a participar dos grupos de trabalho temáticos sobre Educação, Saúde, Mulheres e Cultura e na organização do bloco de carnaval Cuscus Alegado. *"Sou professora, mas quero participar do grupo da saúde porque sou usuária do SUS"*, disse a professora Ricaline da Costa, que também anunciou sua filiação ao PSTU.

Assista o vídeo com as falas na TV PSTU www.pstu.org.br/tv

O fantasma do apagão volta a aparecer

Em meio a risco de novos blecautes, Dilma anuncia redução da conta de luz. O quê isso muda?

DIEGO CRUZ, da redação

A história insiste em se repetir. O final do governo FHC foi marcado pelo apagão e o racionamento de energia elétrica, fruto da privatização do setor e da falta de planejamento e investimentos. Em 2010 e 2011, em pleno governo Lula, o fantasma do apagão voltou com blecautes em várias partes do país. E, agora, Dilma, embora insista em negar, se vê às voltas com o mesmo problema e o sério risco de racionamento de energia elétrica.

Com a estiagem prolongada e os baixos níveis das hidrelétricas (responsáveis por cerca de 90% da geração de energia elétrica no país), o governo acionou em, outubro, as usinas termelétricas para suprir a demanda e evitar um colapso do sistema. Quem paga o preço disso é o povo, pois os custos da geração de energia por esse meio é muito mais alto e poluente.

Ao contrário do que haviam previsto o Operador Nacional do Sistema (ONS) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o impacto das termelétricas nas contas de luz será maior que 3%. O repasse para as tarifas, segundo especialistas, pode chegar a 15%, caso o uso das usinas se estenda ainda mais. Em reais, isso significa um acréscimo de R$ 14,4 bilhões em 2013. Já as distribuidoras de energia pressionam o governo para que o repasse seja imposto imediatamente ao consumidor. Além disso, as empresa exigem, imediatamente, o repasse de R$ 5 bilhões, que teriam entre outubro e abril com o acionamento das termelétricas.

Só não houve um novo apagão e mais um racionamento de energia porque a economia do país parou em 2012. Caso o PIB tivesse crescido um pouco, o sistema não aguentaria. Contudo, para Dilma, os problemas do sistema e a possibilidade de apagão se resumem a uma coisa: "falhas humanas", como declarou à imprensa no final de 2012.

GOVERNO ANUNCIA REDUÇÃO DA ENERGIA

A série de "apaguinhos" e a ameaça de um novo racionamento, assim como as altas tarifas que a imensa maioria da população paga na tarifa de luz, são reflexos de um modelo energético privatizado e voltado aos interesses das grandes empresas e do capital privado. Agora, o governo Dilma acabou de sancionar uma lei para reduzir a preço da energia elétrica em 20%. A lei foi assinada no dia 14 de janeiro. No que isso vai mudar?

A lei adianta a renovação dos contratos com as concessionárias que operam na produção, distribuição e transmissão de energia, que venceriam entre 2015 e 2017 e, em troca, elas teriam uma redução de 30% nos valores dos serviços que prestam. Os contratos serão renovados por mais 30 anos. Também haveria isenções em impostos federais, a fim de que a redução atinja o valor médio de 20%.

A medida causou um embate político com os governos dos estados dirigidos pelo PSDB.A Cesp (SP), a Cemig (MG) e a Copel (PR) anunciaram que não renovariam os contratos por não concordarem com os valores estabelecidos. Apesar de oficialmente estatais, grande parte das ações dessas empresas estão nas mãos do capital privado.

O impasse possibilitaria a redução das tarifas para apenas 16,2%, segundo cálculos da Aneel, mas o Governo Federal anunciou que cobriria isso para que se chegasse ao índice de 20% prometido inicialmente. Para as indústrias, no entanto, o "pacote de bondades" deve ser mais generoso e beirar os 30%, em média.

UM DOS SETORES MAIS LUCRATIVOS

Os 20% de desconto prometidos pelo governo podem parecer muito, mas não é nada perto do aumento brutal que a tarifa teve nos últimos anos. Segundo a Auditoria Cidadã da Dívida, de 1995 a 2011, o custo da energia elétrica ao consumidor subiu 455%, enquanto que a inflação no período foi de 234%. Quase o dobro.

> A parte dos lucros das altas tarifas que fica com as estatais vai para o pagamento da dívida pública

Um modelo entregue nas mãos de grandes empresas privadas fez com que o preço da energia no Brasil fosse um dos maiores do mundo. Enquanto que o preço médio em todo o mundo é o equivalente a R$ 215/MWh, e de R$ 140, nos demais países dos chamados Bric's (Rússia, Índia e China), no Brasil é de R$ 329/MWh.

Além de cara e desigual, há ainda distorções regionais, com os estados mais pobres pagando mais pela energia. Ainda segundo o Dieese, os consumidores residenciais do Maranhão e Piauí têm a tarifa mais alta do país, enquanto que os consumidores de São Paulo e Brasília, as menores. *"Assim, um consumidor paulista paga 65% da tarifa de um consumidor maranhense, apesar de ter uma renda média muito superior"*, atesta o levantamento.

Os preços altos fazem com que o ramo seja um dos negócios mais lucrativos no país. Levantamento realizado pelo Dieese mostra que, entre as 12 empresas que mais pagam dividendos aos acionistas, nove são de energia. Ao todo, o setor lucrou nada menos que R$ 17,5 bilhões em 2011.

A parte dos lucros destinada ao Governo Federal, por sua vez, não é revertida em investimentos. Segundo a Auditoria Cidadã, a Lei 9.530/1997 destina os lucros estatais ao pagamento da dívida pública.

ESTATIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO

A redução das tarifas, anunciada com alarde, privilegia principalmente a indústria e as grandes empresas, somando-se à série de isenções e subsídios que o governo destinou aos empresários no último período. As concessionárias, por sua vez, ganharam mais 30 anos para continuarem explorando o lucrativo setor, apenas tendo que abrir mão de uma pequena parte de seus enormes lucros. Considerando que a tarifa vem aumentando mais que a inflação, não deve demorar muito para isso ser revertido.

Enquanto isso, o setor vem sendo precarizado, apagões vêm se tornando cada vez mais frequentes e há o risco real de racionamento. Ou seja, milhões de trabalhadores pagam uma das tarifas de energia mais caras do mundo para financiar os subsídios da tarifa para empresários e o lucro dos acionistas. A construção de usinas como a de Belo Monte segue essa mesma lógica, além de representar um desastroso impacto ambiental e social.

Tal situação não terá fim enquanto o modelo energético estiver a serviço de uns poucos. Só a reestatização completa do setor e investimentos maciços na geração, distribuição e transmissão podem afastar de vez o perigo do apagão e garantir, por sua vez, energia elétrica limpa, o desenvolvimento de novas fontes e, principalmente, energia subsidiada a quem de fato precisa: os trabalhadores e a grande maioria da população.

Companhias com maior *dividend yield nos últimos cinco anos**

Empresa	Setor	*Dividend yield* médio
Eletropaulo	Energia elétrica	19,4%
Brasmotor	Eletrodomésticos	17,9%
Whirlpool	Eletrodomésticos	15,8%
Celpe	Energia elétrica	15,3%
Elektro	Energia elétrica	14,1%
Coelce	Energia elétrica	13,1%
Taesa	Energia elétrica	13,0%
Light	Energia elétrica	13,0%
Sondotecnica	Construção	12,7%
Transmissão Paulista	Energia elétrica	12,2%
Cosern	Energia elétrica	12,0%
AES Tietê	Energia elétrica	11,9%

Fonte: Revista Exame, agosto 2011l
Elaboração: DIEESE – Subseção Eletricitários SC
*Nota: * Indica o valor dos dividendos por ação, dividido pelo preço da ação*

Prefeitos assumem e esquecem promessas de campanha

ANA LUIZA, ex-candidata à prefeitura de São Paulo pelo PSTU

Nas eleições foram feitas inúmeras promessas de melhorias para a população. Com o início dos mandatos municipais, vem a olho nu o contraste entre as promessas de campanha e as primeiras medidas dos prefeitos. O ano começa com declarações dos novos prefeitos de que não poderão cumprir suas promessas por falta de recursos. O argumento são os caixas vazios das prefeituras e dívidas impagáveis com a União.

Na capital paulista, segundo o próprio ex-prefeito Gilberto Kassab, as prestações anuais da dívida pública passam dos R$ 4 bilhões, algo como 13% da receita. Já a dívida total soma mais de R$ 50 bilhões.

A dívida dos municípios com a União é um enorme escoadouro para onde vão os recursos que, por fim, servem ao pagamento da dívida pública com os grandes agiotas internacionais. Reflexo imediato disso é o aprofundamento da precarização dos serviços públicos prestados pelos municípios, como Saúde e Educação.

ALIANÇAS DE HADDAD não vão permitir mudanças reais na vida do povo

HADDAD: ARCO DE ALIANÇAS CONTRARIA EXPECTATIVAS

Na maior cidade do país, o candidato do PT foi eleito com base em uma enorme expectativa, fruto do rechaço da população à política higienista de Kassab. É a expressão do desgaste da política de criminalização da pobreza e da miséria, que Kassab impôs em parceria com o governo Alckmin, que incluem o genocídio da juventude negra, as remoções forçadas e os incêndios criminosos nas favelas.

As alianças que o PT construiu para governar vão no sentido contrário das mudanças esperadas. Além do PT, PCdoB, PMDB, PSB, PP, PV, PTB, PHS, PR e PRB ,o governo agora conta com o apoio da bancada do PSD e também com a simpatia do DEM. Isso significa um arco de aliança com Russomano, Kassab e com o corrupto procurado internacionalmente, Paulo Maluf.

HADDAD TEM QUE ROMPER COM O PP

Cinquenta e sete milhões de reais é a quantia que, segundo a Corte de Jersey, Paulo Maluf tem que devolver aos cofres públicos de São Paulo. O prefeito eleito Haddad tem a obrigação de garantir que a sentença seja cumprida. Ou seja, confiscar os bens de Maluf e garantir que sejam ressarcidos os valores para a população de São Paulo. E que Maluf seja preso.

Infelizmente, Haddad tem feito o oposto. Ao mesmo tempo em que corta o Orçamento da prefeitura em 12%, afetando a Saúde e a Educação, Haddad, para retribuir o apoio de Paulo Maluf à sua campanha, não só ignora a sentença como presenteia o PP (partido de Maluf) com a Secretaria de Habitação, uma das mais importantes e cobiçadas pastas de seu governo.

NÃO ÀS REMOÇÕES E REGULAMENTAÇÃO DAS ÁREAS OCUPADAS

Entregando a pasta da Habitação nas mãos de Maluf, Haddad vai na contra-mão de qualquer solução para o problema da moradia em São Paulo. Será difícil até mesmo cumprir sua promessa de campanha de garantir a construção de 55 mil moradias (que já era insuficiente) já que atualmente a cidade conta com 800 mil famílias em situação de risco. A especulação imobiliária e a explosão dos preços fazem com que cerca de 450 mil pessoas vivam, hoje, em favelas e cortiços. E enquanto isso, a cidade conta com, no mínimo, 400 mil imóveis vazios.

Devemos exigir que Haddad retire a pasta da Habitação do PP de Maluf e que suspenda imediatamente as remoções e reintegrações de posse das áreas ocupadas. Devemos exigir, também, a regulamentação e verbas públicas para garantir moradia decente para população pobre e trabalhadora!

PASSAGEM VAI AUMENTAR EM SÃO PAULO

Uma das promessas de Haddad foi o Bilhete Único mensal, que custaria R$ 140, já em 2013. A promessa buscava apontar um barateamento do preço das caríssimas passagens de ônibus e Metrô em São Paulo. No entanto, além de não garantir a medida, a prefeitura deve autorizar um novo aumento nas tarifas de ônibus, em junho. Já o metrô vai subir em abril. Ou seja, além de não ter o tão aguardado bilhete, os trabalhadores e a juventude terão que gastar ainda mais de sua renda com transporte.

Devemos nos mobilizar e exigir que Haddad não aumente o transporte público e congele as passagens já!

CONSTRUÇÃO IMEDIATA DE CRECHES PARA TODAS AS CRIANÇAS

Outro problema que castiga a população, principalmente as mulheres, é a falta de creches. Haddad prometeu o fim da fila nas creches e mais aulas. Disse até, em uma entrevista à TV, que desapropriaria terrenos para construir mais creches. No entanto, nada foi feito até agora fazendo com que 145 mil crianças permaneçam esperando nas filas por creches.

Nos poucos dias em que está à frente da prefeitura, Haddad já mostrou que não é possível governar para todos.

Prefeitura do PSOL repete passos do PT

ALMIR BRITO, de Macapá

Em um cenário carregado de expectativa por dias melhores, Macapá assistiu à posse do primeiro prefeito eleito pelo PSOL, Clécio Luís.

Porém, antes mesmo de tomar posse, Clécio Luís anunciou seus secretários e os nomes apontados causam grande desconfiança. Figuram na lista nomes como o do Professor Saul, grande escudeiro de Jorge Amanajás, ex PSDB, hoje migrado para o PPS, partido de Alan Sales, vice de Clécio. Hélder Fábio Figueiredo é indicação do deputado federal Davi Alcolumbre (DEM). Marilson Lobato de Souza, presidente estadual do PRTB, foi nomeado para coordenadoria de Agências Distritais. O triste cenário protagonizado nas eleições se aprofunda na composição do governo.

Ao mesmo tempo, as primeiras medidas de governo não apontam medidas progressivas como aguardavam setores do próprio PSOL. A começar pela manutenção dos super salário do prefeito e seus secretários. No seu Plano Emergencial de Limpeza e Manutenção Urbanística de Macapá, a limpeza da cidade ainda está nas mãos da iniciativa privada e o transporte público permanece no domínio das tradicionais oligarquias.

Para além deste cenário, o prefeito do PSOL, fará a desocupação da “área do Zelito”. Sob o argumento de construção de moradias com recursos federais, a prefeitura de Clécio deixará no relento 50 famílias. Segundo a administração municipal, a desocupação ocorrerá até 17 de fevereiro e contará com participação da Polícia Militar, Batalhão Ambiental e Guarda Municipal.

O governo Clécio já aponta rumos preocupantes. Muitos ativistas socialistas alimentam muita expectativa de que Clécio faça um governo voltado aos trabalhadores e não de colaboração de classe. Para isso, Clécio tem que ser conseqüente com a tradição da esquerda socialista e reduzir o seu salário e de seus secretários para o salário de um operário especializado; romper com a terceirização de limpeza urbana que rapina os cofres do município e instituir uma empresa municipal de limpeza urbana, sob o controle dos trabalhadores, além de municipalizar o transporte público.

Foi dada a largada na luta contra o ACE

Entidades reúnem-se em Brasília e preparam manifestação em abril contra o Acordo Coletivo Especial, que retira direitos

JOSÉ MARIA DE ALMEIDA, da Direção Nacional do PSTU

Neste dia 22 de janeiro, reuniram-se em Brasília várias entidades e setores do movimento sindical e popular para dar o ponta pé inicial na preparação da Marcha Nacional a Brasília que será realizada no próximo mês de abril. Estavam presentes na reunião a CSP-Conlutas, o MLS (Movimento de Luta Socialista, nome do agrupamento que antes se chamava "A CUT Pode Mais"), a CNTA (Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins), o Fórum das Entidades dos Servidores Federais (que reúne a Condsef, o Andes-SN, o Sinasefe etc.), a Assembleia Nacional dos Estudantes - Livre (ANEL), setores que fazem a luta no campo e várias outras entidades e movimentos sociais.

JORNADA DE LUTA

A Marcha será o ponto mais alto de uma jornada de lutas que vai se desenvolver em todo o país e que vai buscar fortalecer a luta contra a aprovação do famigerado ACE, o Acordo Coletivo Especial.

Este Anteprojeto de Lei, que foi apresentado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, e é apoiado pela cúpula da CUT, encontra-se neste momento em análise na Casa Civil do Governo Federal. Ali deverá ser dada a redação final do projeto, que deve ser apresentado no Congresso Nacional ainda neste primeiro semestre.

É justamente pelo seu caráter, por possibilitar um ataque quase sem limites aos direitos trabalhistas, é que este Anteprojeto de Lei tem merecido apoio de todos os grandes empresários e de todas as grandes organizações empresariais do país que, neste momento, pressionam o governo para o envio do projeto ao Congresso o mais rápido possível.

Mas a jornada de lutas que está sendo preparada e a Marcha Nacional a Brasília não vão protestar apenas contra o ACE. Com o mesmo vigor, os trabalhadores vão a Brasília para protestar também contra o Fator Previdenciário e a Fórmula 85/95; pela anulação da reforma da Previdência de 2003; em defesa do piso nacional dos professores e dos 10% do PIB para a educação pública; em defesa da reforma agrária e dos trabalhadores do campo; em defesa do emprego e pela ratificação da Convenção 158 da OIT; em defesa do direito à moradia digna e contra a violência que assola a vida dos moradores da periferia nas grandes cidades, além de um conjunto de outras bandeiras que foram definidas consensualmente pelas entidades que convocaram a jornada.

Ou seja, a jornada de lutas vai tratar de recolher as reivindicações de cada um dos setores da classe trabalhadora que está em luta e busca unificar a luta em torno a eles, questionando a política econômica do governo Dilma – que está na raiz dos problemas que as demandas dos trabalhadores buscam enfrentar. Este é o fruto do esforço para a construção da unidade que tem sido desenvolvido pela CSP-Conlutas, pelo MLS, pelo Fórum das Entidades dos Servidores Federais, pela CNTA e várias outras entidades.

> Acordo Coletivo Especial está na Casa Civil e deve ir para votação no Congresso ainda este semestre

Deste processo de mobilização participam sindicatos ligados a várias centrais sindicais, inclusive a CUT. No entanto, esta Central enviou documento ao Fórum dos Servidores Federais anunciando que não se somará à luta para anular a reforma da Previdência de 2003, pois não concorda com as bases desta luta.

Não é demais lembrar que, quando da condenação dos dirigentes do PT pelo Supremo Tribunal Federal, na ação penal do Mensalão, o presidente da CUT anunciou que a Central faria mobilizações para defender os dirigentes condenados. De fato, se é para defender o que foi feito pelo governo com o Mensalão, não dá para defender os trabalhadores que foram prejudicados pela reforma da Previdência, aprovada com a compra de votos promovida pelo governo naquele momento. Está é a triste situação em que se encontra a CUT hoje.

As entidades que estão organizando a jornada decidiram apresentar uma plataforma de reivindicações e exigências ao governo, ainda agora, no início de fevereiro. E vão cobrar, inclusive, com a manifestação em Brasília, em abril, que o governo abra negociação com o movimento e dê solução para as demandas apresentadas. A plataforma completa, com as reivindicações definidas no Espaço de Unidade de Ação, pode ser encontrada no site da CSP-Conlutas (www.csp-conlutas.org.br).

ADESIVO da campanha contra o ACE

EM ABRIL, TODOS A BRASÍLIA

A organização da manifestação de abril começa agora. Para convocar a jornada, as entidades estão divulgando um manifesto que estabelece as razões da mobilização. O manifesto mostra que, em que pese a propaganda do governo (de que o Brasil vive uma situação diferenciada daquela vivida pelos países que se encontram no centro da crise econômica), só o que se vê são medidas do governo para ajudar os bancos e grandes empresas, enquanto os trabalhadores passam por todo tipo de dificuldades. É contra este quadro que os trabalhadores estão sendo chamados à luta.

A partir da divulgação deste manifesto serão iniciadas articulações em todos os estados, para impulsionar e unificar as lutas em curso e para preparar o deslocamento para Brasília do maior número de trabalhadores e jovens que for possível. O plano é realizar uma manifestação com a presença de dezenas de milhares de trabalhadores e jovens. Este processo, além de servir para fortalecer a jornada e a preparação da Marcha a Brasília, deve servir também para fortalecer as campanhas salariais em curso, as lutas do movimento popular em cada estado, da juventude, e assim por diante.

A reunião aprovou também um cartaz e adesivos que serão usados na divulgação do movimento em todo o país. Também há uma cartilha sobre o ACE, que vai ajudar a levar a discussão dessa proposta de forma simples e didática para as bases de todas as categorias. Ganhar os trabalhadores na base de cada sindicato e de cada movimento, é condição importante para a mobilização e para que sejamos vitoriosos nesta jornada. Para isso, será realizado amplo processo de discussão na base das entidades e movimentos, levando informação e conscientização aos trabalhadores e jovens, para criar massa crítica para levar adiante esta luta.

Vai ser muito importante, então, que cada sindicato e movimento façam o seu dever de casa, não só promovendo esta discussão e esse trabalho de organização na base, como também começando desde já a levantar recursos para assegurarmos o deslocamento destes milhares de trabalhadores para uma marcha vitoriosa à capital federal.

A crise econômica mundial e a GM

Ameaça de demissões no Brasil faz parte da política da montadora em todo o mundo

SEDE DA GENERAL MOTORS NOS EUA, em Detroit

LUIZ CARLOS PRATES (MANCHA),
de São José dos Campos (SP)

O final do ano de 2008, um dos momentos de aprofundamento da crise econômica, em particular nos Estados Unidos, marcou profundas transformações na GM. Acossada pela crise, a empresa chegou a entrar em concordata. Suas ações chegaram a valer menos de um dólar e o governo americano foi obrigado a intervir para impedir a bancarrota total da multinacional, o que teria consequências no agravamento da situação econômica mundial.

Em um acordo que envolveu os ex-acionistas, o governo norte-americano, o canadense, e o VEBA - uma espécie de fundo de pensão administrado pelo UAW (o sindicato nacional dos trabalhadores da indústria automobilística) - a empresa conseguiu sair da concordata rapidamente e promoveu uma grande reestruturação, que já vinha sendo desejada pela companhia há anos.

O governo Obama ficou com a maioria das ações e o controle da administração da GM. A saída da concordata, no início de 2009, implicou no fechamento de 17 fábricas, na extinção de diversas marcas, na demissão de 35 mil trabalhadores e na criação de uma "Nova GM", fruto da reestruturação.

Em colaboração com a burocracia sindical da UAW (que se transformou em "sócia" da empresa), foram criadas novas estruturas salariais que rebaixaram à metade o salário da nova geração de trabalhadores: a 12 e 16 dólares por hora, frente aos 32 dólares recebidos anteriormente. Essa foi a base da forte reestruturação nos EUA, onde quem pagou a conta da crise foram os trabalhadores.

Junto com isso, a empresa conseguiu altos lucros em países como Brasil, China, Coréia o que possibilitou uma alta remessa de lucros para a matriz. Também, ocorreu uma restruturação parcial na Europa, com precarização do trabalho e o fechamento de plantas como na Antuérpia (Bélgica).

Com isso, a empresa retomou em 2011, a posição de primeira montadora do mundo, derrubando a Toyota, afetada pelos efeitos do tsunami no Japão. Em 2012, a Toyota retomou a liderança, mas por uma pequena diferença.

> Nos EUA, a GM reduziu os salários de 32 dólares a hora para 12 e 16 dólares

REESTRUTURAÇÃO INTERNACIONAL

Esta receita da GM foi amplamente utilizada pelas montadoras nos EUA e no mundo, levando a uma precarização geral do trabalho. Os trabalhadores, hoje, vêem suas condições de vida se deteriorar rapidamente. Fazer mais carros, com menos trabalhadores e salários menores: é o que faz a GM se utilizando também de avançadas tecnologias.

Assim, apesar da crise econômica, cresce a produtividade do trabalho nos EUA e a competitividade da empresa, que se recupera e se aproveita do pequeno crescimento do mercado automobilístico norte-americano. A GM, agora, se prepara para voltar integralmente à bolsa de valores e o governo Obama para vender suas ações e deixar o controle da empresa.

No entanto, a forte concorrência entre os capitalistas, o crescimentos das empresas asiáticas e o aprofundamento da crise econômica na Europa fazem com que a reestruturação seja permanente e cada vez maior. Só assim as empresas podem manter suas taxas de lucros e ganhar mais força, aumentando a exploração dos trabalhadores.

OFENSIVA DAS MONTADORAS

Assistimos neste momento a uma sucessão de ataques, com ameaças de fechamentos de empresas em vários países e o deslocamento da produção para regiões de baixo custo. Até na Alemanha, onde não se fecha uma planta desde a Segunda Guerra Mundial, a GM quer acabar com a produção na fábrica em Bochum, em 2016. Na França, a PSA GM quer fechar uma planta, demitir até 8500 trabalhadores e por isso enfrenta uma greve neste momento.

A Ford anunciou o fechamento da planta na Bélgica no final do ano passado, o que também tem gerado protestos. As sucessivas concessões feitas nesta empresa pela burocracia sindical, com redução de direitos e salários, não impediram que a multinacional tomasse esta decisão.

Na Itália, a veterana Fiat tem promovido uma forte reestruturação com diminuição dos postos de trabalho, fechamento de plantas e chantagens sobre os trabalhadores. Com a queda das vendas na Europa, cresce a concorrência entre as empresas e as fusões para aumentar a escala de produção. Estima-se que apenas seis ou sete montadoras sobreviverão, em escala mundial, a esse processo.

ATAQUES NO BRASIL

A ofensiva da GM no país tem como pano de fundo esta situação. Mesmo nos países onde ainda existe crescimento de vendas, como é o caso do Brasil. A vinda de novas empresas, que praticam baixos salários e normalmente se instalam em locais com fraca tradição sindical, pressiona ainda mais para a reestruturação. A "receita GM" se espalha da matriz, nos EUA, para todo mundo: trabalhar mais, com menos trabalhadores e salários mais baixos, fechar fábricas e diminuir os postos de trabalho. Por isto, também, deve ser enfrentada internacionalmente.

As mobilizações que se iniciam na Europa contra o fechamento de fábricas mostram o caminho. O encontro realizado em São José dos Campos (SP) no ano passado entre operários do Brasil, Espanha, Alemanha e Colômbia apontou para a necessidade da luta unificada. As recentes manifestações em Detroit (nos EUA) durante o Salão internacional do Automóvel e a realização de um dia global de manifestações, no dia 23 de janeiro, apoiando a luta dos metalúrgicos da GM de São José dos Campos, são expressões dessa visão internacional.

Ainda são pequenas iniciativas, mas apontam o caminho. Contra a globalização capitalista, temos de apostar na globalização das lutas e da resistência.

Impedir as demissões na GM

O prazo para o acordo com a montadora, para evitar mais de 1800 demissões, termina no dia 26 de janeiro, e a multinacional já reafirmou sua intenção em demitir. *"Já passou da hora da presidente Dilma se colocar do lado dos trabalhadores e proibir as demissões"* afirma Antônio Barros, o "Macapá", presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região

LEANDRO SOTO, de São José dos Campos

Ainda no primeiro semestre de 2012, a GM anunciou sua intenção de fechar o setor conhecido como MVA (Montagem de Veículos Automotores) na planta de São José dos Campos e, em conseqüência, demitir 1840 trabalhadores. Após meses de mobilização e negociação, em agosto, os metalúrgicos da GM ocuparam a rodovia Presidente Dutra e conquistaram um acordo que suspendia as demissões até novembro de 2012, ao passo que colocava 940 trabalhadores em *lay-off* (suspensão temporária do contrato de trabalho).

Em novembro, depois de nova negociação entre sindicato e GM, foi prorrogado o prazo do acordo até o próximo dia 26 de janeiro. A poucas semanas do término do acordo, a empresa mantém seu objetivo de demitir os trabalhadores e a temperatura na planta de São José dos Campos começa a aumentar.

OS EFEITOS DA CRISE NO BRASIL

Para que se entenda o processo pelo qual atravessa a GM, hoje, é necessário compreender, no marco da crise econômica mundial, a relação entre a crise das matrizes das multinacionais imperialistas, a reestruturação produtiva e o ajuste em curso nos países semi-coloniais, como o Brasil.

O Brasil, como se sabe, não está em recessão, mas os efeitos da crise já começam a se fazer sentir. A economia, que havia crescido magros 2,7% em 2011, segue desacelerando e alcançou a raquítica marca de 1% de crescimento em 2012. A disputa pelo mercado nacional se intensifica, ao passo que se aprofunda, a crise na Europa e a desaceleração nos Estados Unidos. Para salvar suas matrizes no exterior no marco de uma disputa crescente pelo mercado brasileiro, intensificada pela vinda de novas empresas, as montadoras instaladas em território nacional devem avançar em uma severa reestruturação, promovendo demissões e redução de direitos.

É neste contexto que devem ser compreendidas a reestruturação da GM no Brasil e a política de demissões e ataques aos direitos em São José dos Campos. Trata-se de, no marco da reestruturação mundial da empresa (ver artigo na página 9) e, perante a crise econômica internacional, ampliar a taxa de lucro de suas plantas por aqui, bem como o seu espaço no mercado brasileiro, com vistas a resgatar suas matrizes através da remessa de lucros para o exterior.

Neste momento, o foco do ataque da GM no Brasil são os trabalhadores da planta de São José dos Campos. Mas, os ataques não estão restritos aos trabalhadores da GM. Em todo o Brasil estão ocorrendo demissões, *lay-offs* e PDVs (Planos de Demissões Voluntárias), combinados a uma política de redução de direitos por parte da patronal e dos governos, mas também de setores do próprio movimento sindical, como atesta a proposta do Acordo Coletivo Especial (ACE).

As demissões são a conseqüência da política de reestruturação das empresas, cujo objetivo é reduzir direitos, salários e mão-de-obra para ampliar os lucros. Por outro lado, expressam a retração da produção industrial, que, no acumulado de janeiro a novembro de 2012, obteve queda de 2,6%. No mesmo período, segundo o IBGE, a queda no nível de emprego na indústria foi de 1,4%, a segunda maior queda desde o início do governo Lula.

Brasil: o paraíso das montado

Como parte da política para evitar a desaceleração econômica no Brasil – crédito para o consumo interno e concessões fiscais e monetárias para as indústrias o governo Dilma tem feito enormes concessões às montadoras.

O governo tem utilizado dinheiro público, tanto do ponto de vista do crédito, quanto de isenções fiscais, para financiar o setor. Ou seja, é o dinheiro do povo brasileiro, dos trabalhadores, que ao invés de ser usado em áreas de seu interesse como a Saúde e Educação, está sendo utilizado para manter o lucro desse setor. Mas o pior é que, ainda por cima, todo o lucro obtido não fica no país, não é revertido a favor do povo, mas remetido às suas matrizes no exterior.

Em dez anos, entre 2001 e 2011, as montadoras investiram no país 19,5 bilhões de dólares. No entanto, receberam do BNDES 24,6 bilhões de dólares e remeteram para suas matrizes no exterior 25,6 bilhões. Outra cifra: apenas entre maio e dezembro de 2012, Dilma destinou, através da redução do IPI, nada menos do que R$ 4 bilhões às montadoras.

Agora, ainda que de forma regressiva, o governo manteve a redução do IPI até o meio do ano. Mas, através do programa Inovar-Auto, recentemente lançado pelo governo, a redução em 30% do IPI será mantida durante 2013, estendo-a também de forma regressiva até 2017, quando o benefício será extinto. Para gozar dele, as empresas terão que se adequar a determinados critérios do programa, tais como aderir ao PBE (Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular); aumentar o dispêndio em pesquisa, engenharia, tecnologia industrial básica e capacitação de fornecedores. E, para as empresas já instaladas no Brasil, aumentar as etapas fabris e de infra-estrutura de engenharia no Brasil.

> A margem de lucro das montadoras no Brasil é a maior do mundo

O decreto foi muito bem recebido entre as montadoras e a maioria delas já se comprometeu em fazer parte do programa.

Isso porque os ganhos das montadoras no Brasil é muito grande. A margem de lucro das montadoras no Brasil é a maior do mundo (10% sobre o valor ao consumidor, contra 5% da média mundial). Não há lugar no planeta onde se compre um carro tão caro quanto no Brasil. Aqui, alguns modelos chegam a custar o dobro do preço que custam lá fora.

Some a isso o fato de que as montadoras estão batendo recordes de vendas.

FINANCIANDO O LUCR

Valor que as montadoras manda recebem do BNDES e do que inv Entre 2001 e 2011

19,5 BI INVESTIMENTOS

24, RECEBI BN

M é uma luta de todos

ras

RO DAS MONTADORAS

am para fora é maior do que
estem no Brasil. (em dólares)

,6 BI
DOS DO
DES

O setor encerrou 2012 com um crescimento de vendas de 4,7%, quase cinco vezes maior que o crescimento do PIB nacional. Só a GM vendeu mais de 642 mil veículos, abocanhando 18,85% do quarto maior mercado de automóveis do mundo.

A produção em 2012 seguiu bastante alta (3,34 milhões de veículos), apesar de ter sofrido uma redução de 1,9% em relação a 2012, fundamentalmente devido à queda no segmento de caminhões e ônibus. Some-se a isso o fato de que, nos últimos anos, estas multinacionais têm se aproveitado dos mercados comuns (como o Mercosul) e do fim das tarifas alfandegárias para relocalizar sua produção de forma a obter ainda mais lucros. A GM, em particular, aumentou a importação de seus veículos do México e, hoje, busca transferir a produção do Classic para a Argentina para voltar a importá-los.

Dilma, proíba as demissões

Apesar dos altos lucros, as montadoras seguem com sua política de reestruturação, acarretando em demissões, retirada de direitos e redução de salários. Ou seja, as concessões fiscais não impedem as demissões. As demissões na GM são prova de que as empresas não têm nenhum compromisso social com a cidade e o país, salvo em ampliar seus lucros.

O poder público não pode ser conivente com esta situação. O prefeito de São José, Carlinhos Almeida (PT), deve se posicionar publicamente contra as demissões, visto que cada demissão na GM significará a perda de mais sete postos de trabalho, diretos e indiretos, ao longo da cadeia produtiva. Além disso, é importante que o prefeito ajude o sindicato a promover uma reunião com a presidente Dilma Roussef (PT), que até agora não apenas não recebeu os trabalhadores, como não fez sequer uma declaração contrária às demissões.

O Governo Federal possui os meios políticos e legais para impedir as demissões na GM. Com tantas concessões do governo às montadoras, o mínimo que a presidente deve fazer é editar uma Medida Provisória proibindo as demissões.

FORTALECER A LUTA PARA IMPEDIR AS DEMISSÕES

Os próximos momentos serão decisivos para os trabalhadores da GM. O tempo é curto e se aproxima o desfecho do impasse. A empresa irá pressionar os trabalhadores para aceitarem as demissões e um pacote de redução de direitos, sem nenhuma garantia de novos investimentos. Para impedirmos as demissões, será necessária a unidade de todos os trabalhadores da empresa e uma forte mobilização capaz de fazer o Governo Federal se posicionar e a GM retroceder em seus planos.

Mas, não bastará a luta dos trabalhadores da empresa. Nos próximo dias será necessário fazer repercutir a luta dos metalúrgicos da GM entre os trabalhadores das demais categorias do país, bem como cercar de solidariedade a luta dos operários da General Motors.

Neste sentido, os sindicatos da CUT, Força Sindical, CTB e demais centrais devem se posicionar contra as demissões e realizar, junto com a CSP-Conlutas, uma forte campanha nacional em defesa dos empregos e direitos.

Uma campanha que esteja centrada na defesa dos empregos e contra os ataques aos direitos dos trabalhadores, cuja maior expressão, neste momento, é o ACE. Devemos iniciar já uma forte campanha nacional que exija de Dilma a proibição das demissões e que lute para barrar a aprovação do ACE no congresso.

Jornada de luta em dia de ação global contra as demissões

Teve início na madrugada do último dia 10, o "Janeiro Vermelho" em São José. No pátio da GM, sindicato e milhares de trabalhadores realizaram uma assembléia-ato e deram início à jornada de mobilizações.

No mesmo dia, às 9h, foi realizada uma assembléia seguida de passeata com cerca de 400 trabalhadores em *lay-off*. A passeata seguiu até a prefeitura da cidade, para exigir do prefeito Carlinhos Almeida (PT) uma posição pública contrária às demissões.

No dia 13, foi a vez da luta em defesa dos empregos na GM chegar ao Salão Internacional do Automóvel, em Detroit. A maior feira de automóveis do mundo foi surpreendida por uma manifestação contra a GM e as demissões em São José, articulada em um encontro internacional de trabalhadores da GM, que ocorreu ano passado, em São José dos Campos.

Já no dia 17, ocorreu novo ato com os trabalhadores em *lay-off*, desta vez em frente à Associação do Comércio e da Indústria (ACI). Por fim, no último dia 18, em assembléia na portaria da GM, o sindicato e cerca de 4 mil trabalhadores realizaram paralisação de duas horas.

NOVAS AÇÕES

No dia 23 será realizada, em São José, nova assembléia na fábrica e uma vigília em frente ao local das negociações, que contará com a presença de entidades nacionais e estaduais.

Já em nível internacional, o dia 23 será um dia de Ação Global contra as demissões na GM, com novas ações no Salão do Automóvel em Detroit e atividades na Alemanha, Colômbia, Espanha e Itália.

Um programa para a GM e a indústria automotiva no Brasil

Propostas para a planta de São José
. Abertura dos livros contábeis da GM!
. Não às demissões! Não ao fechamento do MVA!
. Não à transferência do Classic para a Argentina!
. Pela produção do Sonic e outros carros, hoje importados!
. Pela volta da produção de Caminhões!

O GOVERNO DILMA DEVE ADOTAR AS SEGUINTES MEDIDAS:

. Edição imediata de uma medida provisória proibindo as demissões.
. Fim das concessões fiscais!
. Proibir as importações para nacionalizar a produção!
. Proibição da remessa de lucro para o exterior! Reinvestimento no Brasil de 100% dos lucros aqui obtidos!
. Nacionalização das empresas que demitirem em massa!
. Por uma empresa estatal que produza o primeiro carro nacional!

UNIR O MOVIMENTO SINDICAL E POPULAR

. Por uma campanha nacional que una os sindicatos da CUT, Força Sindical, CTB e demais centrais, junto com a CSP-Conlutas, em defesa dos empregos.
. Por um Contrato Nacional de Trabalho!
. Redução da jornada, sem redução de salário e proibição do Banco de Horas!
. Piso Nacional do DIEESE para os metalúrgicos: R$ 2.200,00!
. Não ao Acordo Coletivo Especial (ACE)! ■

O reinado de Momo anuncia sua festa

DAVID CAVALCANTE, de Recife (PE)

As festividades similares ao Carnaval têm origem ocidental, na antiguidade greco-romana, quando se realizavam festas populares vinculadas a conquistas e colheitas, bem como rituais de culto aos deuses pagãos. Eram regadas a vinho, danças, quebra dos tabus sexuais e relaxamento temporário das relações de poder com os escravos.

Na Idade Média, o catolicismo, que ao longo dos séculos foi assimilando e convertendo os costumes camponeses e as celebrações pagãs ao seu calendário, vinculou-o ao período que antecede a Quaresma. A partir da quarta-feira de cinzas, sugere as penitências com vistas à Semana Santa. Nesse sentido, a palavra carnaval vem do latim *carnisvalles*, significa "adeus à carne" ou, num sentido geral, adeus aos prazeres da carne.

O significado histórico e universal do Carnaval nos remete a brincadeiras, danças livres, quebra dos padrões morais sexuais e até mesmo da crítica política anárquica e jocosa. Daí, a figura do Rei Momo, que simboliza a zombaria do governante tradicional, e do "mela-mela" ou da "pipoca", feito com farinha de trigo, água, tintas e ovos, que ainda hoje se pratica nas pequenas cidades e na periferia das grandes cidades.

Os portugueses introduziram o carnaval ou, como era chamado na época, o "Entrudo", no Brasil. O Entrudo, no entanto, estava mais associado às brincadeiras populares e ao mela-mela de rua ou aos comportados mela-melas familiares que ocorriam nas famílias das classes médias e altas que não brincavam o carnaval popular de rua.

Diversas foram as tentativas de proibição do Entrudo, mas a partir do século 20, com a oficialização e organização da festa pelo poder público e pelos grandes clubes e blocos, o Carnaval se consolidou como uma festa de rua e de massas. Os grandes bailes, ao estilo francês, continuaram a existir paralelamente às festas de rua. Até hoje, somente quem pode pagar os altos valores dos ingressos ou adquirir caras fantasias frequenta festas fechadas.

A OFICIALIZAÇÃO DO CARNAVAL E O FREVO PERNAMBUCANO

Três grandes manifestações culturais, com suas expressões na dança, na música e na estética, se converteram nos símbolos mais expressivos do carnaval brasileiro: o samba, o axé baiano e o frevo pernambucano. O carnaval pernambucano se caracteriza pela sua multiculturalidade e resistência às diversas tentativas de padronização. Centenas de agrupamentos se apresentam num espetáculo público, espontâneo, de ritmos, cores e danças. Assim, existem os maracatus rurais e urbanos, os afoxés, os caboclinhos, os blocos, as troças, os ursos, os bois, as cirandas, os cocos, os sambas e os frevos.

Recife e Olinda são os grandes centros da festa que leva milhões de pessoas às ruas, desde a quinta-feira até a quarta-feira de cinzas. Os sindicatos e os partidos possuem blocos, os principais bairros e os times de futebol também. Os clubes apresentam suas fantasias e os bonecos gigantes. Destaquemos, aqui, apenas alguns grupos mais reconhecidos: o Galo da Madrugada, o Homem da Meia Noite, Enquanto Isso na Sala da Justiça, O Bacalhau do Batata, O Ceroulas, O Cabeça de Touro, A Porta, Eu Acho é Pouco, Nós Sofre mas Nós Goza, Bicho Maluco Beleza, Nem Sempre Lily Toca Flauta, os maracatus Leão Coroado (fundado em 1863) e Elefante (fundado em 1800); os afoxés Ylê de Egbá, AlafinOyo e Oxum Pandá; os nostálgicos blocos líricos como o Bloco da Saudade, Bloco das Flores e Bloco das Ilusões; e os tradicionais intérpretes do frevo-canção, nos shows dos diversos polos carnavalescos.

O frevo possui uma distinção, pois é um gênero musical e de dança genuinamente pernambucano. Tem caráter urbano e altamente sincrético. Sofreu influência, desde o seu nascedouro, no início do século 20, nos bairros do centro recifense de São José e Santo Antônio, da cadência rítmica e eletrizante das bandas musicais militares com seus metais estridentes, dos passos da capoeira e dos clubes operários.

A massificação do frevo está relacionada com a massificação do carnaval, já que os carnavais aristocráticos das elites da época eram restritos aos salões de máscaras ao estilo europeu. O tomar das ruas pelos clubes operários e populares, pela população negra recém liberta e pelas baixas classes médias, no período de Carnaval, teve também simbologia de rebeldia das classes oprimidas da época.

O frevo se popularizou mais a partir dos anos 1930, com o impulso das gravações dos discos e das transmissões radiofônicas. Com o tempo, variou em expressões musicais e também nos passos de dança, não perdendo o seu caráter contagiante, romântico e nostálgico. Existe o frevo-de-rua (instrumental); o frevo-de-bloco, executado por orquestras de pau e corda, com letras cantadas por corais femininos; e o frevo-canção, cantado em solo, acompanhado por orquestras e instrumentos elétricos.

HINO DO BATUTAS DE SÃO JOSÉ
(João Santiago)

Eu quero entrar na folia, meu bem
Você sabe lá o que é isso
Batutas de São José, isso é
Parece que tem feitiço
Batutas tem atrações que,
Ninguém pode -resistir
O frevo desses que faz,
Demais a gente se distinguir
Deixe o frevo rolar
Eu só quero saber
Se você vai brincar
Ah! meu bem sem você
Não há carnaval
Vamos cair no passo e a vida gozar

MADEIRA QUE CUPIM NÃO RÓI
(Capiba)

Madeira do Rosarinho
Vem a cidade sua fama mostrar
E traz com seu pessoal
Seu estandarte tão original
Não vem prá fazer barulho
Vem só dizer, e com satisfação
Queiram ou não queiram os juízes
O nosso bloco é de fato campeão
E se aqui estamos,
Cantando esta canção
Viemos defender
A nossa tradição
E dizer bem alto que a injustiça dói
Nós somos Madeira, de lei,
Que cupim não roi

O carnaval do Recife e de Olinda, junto com o de Salvador e Rio de Janeiro, são as maiores festas populares do país e agregam, também, as contradições sociais intrínsecas às grandes metrópoles brasileiras, a exemplo do difícil acesso ao transporte público, da pouca infraestrutura para os eventos, da violência, do sexo-turismo, entre outras. Mas isso não tira o brilho da criatividade popular que, a despeito dos seus governantes, fazem a festa valer a pena. ■

Editora Sundermann faz 10 anos

Em uma década, editora lançou 65 títulos, entre clássicos do marxismo e obras inéditas

JORGE BREOGAN E MARTHA PILOTO,
do Conselho Editorial da Editora Sundermann

Em 2013, a Editora Sundermann comemora dez anos. Mas as comemorações vão para além dos anos constituídos enquanto editora. Comemoramos, sobretudo, o projeto político-editorial solidificado até este momento. O PSTU impulsionou a criação de sua editora para, dessa forma, continuar e aprofundar uma política de formação e comunicação, com iniciativas como a revista *Marxismo Vivo*, o Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE), o *Arquivo Leon Trotsky* e o próprio jornal **Opinião Socialista**.

A demanda foi maior que a esperada e, assim, o trabalho seguiu fortalecido nesses dez anos. Já publicamos mais de 65 títulos, somos a única editora a publicar as obras de Nahuel Moreno e a que mais publicou Trotsky no Brasil.

Publicamos obras importantes, entre as quais destacamos: *"História da Revolução Russa"*, *"Revolução Traída"*, *"Programa de Transição"* e *"A teoria da Revolução Permanente"*, de Trotsky. Uma verdadeira proeza no mercado editorial da esquerda no país. Em relação a Moreno: *"O partido e a revolução"*, *"Os governos de frente popular na história"* e *"A ditadura revolucionária do proletariado"*, além dos clássicos como o *"Manifesto Comunista"*, de Marx, e de Lenin, *"O Estado e a Revolução - A revolução proletária e o renegado Kautsky"* e *"Últimos escritos e diário das secretárias"*.

Desde o início de nosso trabalho, também tivemos a preocupação de pautar o tema de opressões. O livro *"O gênero nos une, a classe nos divide"*, de Cecilia Toledo, já teve quatro edições. O livro de Hiro Okita, *"Homossexualidade, da opressão à libertação"* é um documento de 1981 que já combatia a homofobia e sua intrínseca relação com o sistema capitalista ainda no período ditatorial.

Não nos calamos frente aos ataques das privatizações. Temos em nossa linha editorial textos sobre a Vale do Rio Doce, a Embraer e a Petrobrás. Refletimos sobre a situação precária da educação pública nos ensinos básico e superior.

Publicamos sobre o papel dos sindicatos e sobre o combate à burocratização. Aprofundamos o debate econômico no período de crise financeira. Lançamos obras que debatem a causa Palestina, como o clássico *"História oculta do sionismo"*, de Ralph Schoenman, entre outros títulos que pautam o socialismo e a revolução proletária. Mas, acreditamos que esse histórico é só o começo.

> Ao nos fortalecer teoricamente, nos fortalecemos enquanto militante

O PAPEL ESTRATÉGICO DA EDITORA NO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO

A prática política é indissolúvel da teoria revolucionária. O partido revolucionário não é um grupo de intelectuais que se debruça abstratamente sobre a teoria marxista, mas também não é um mero agrupamento de pessoas que lutam bravamente pelas conquistas econômicas e imediatas da classe trabalhadora e da população explorada. É sobretudo um instrumento de luta pelo poder.

Não se pode vencer o inimigo sem conhecê-lo, ou seja, não se pode lutar contra a burguesia sem conhecer a fundo como ela exerce seu poder econômico e político, tarefa para a qual o marxismo se mostrou, até hoje, o instrumento mais capaz.

A burguesia se organiza mundialmente em torno de governos imperialistas, blocos econômicos e agências internacionais, além de sobreviver graças às forças armadas de cada um dos países que controla e de governos subservientes dos países periféricos do capitalismo. A toda essa força, devemos opor uma organização internacional, forte e que reúna em suas fileiras o melhor da vanguarda proletária mundial.

Um exército de revolucionários munidos das ferramentas necessárias e que vá para ação disposto a disputar os corações e mentes das massas trabalhadoras. Uma dessas ferramentas é, sem dúvida, a teoria, que nos permite entender a realidade em que atuamos, suas contradições e a correlação de força entre as classes, para as quais devemos dar respostas científicas, caso queiramos acertar nossas políticas.

Entendemos que o papel da Editora não se resume a publicar e vender livros. Nossa linha editorial é uma arma ideológica para disputarmos a consciência das massas, elevarmos nossos níveis teórico e político e, assim, fortalecer o partido.

No dia a dia, é preciso, cada vez mais, nos dedicarmos às leituras teóricas, pois escutar com atenção debates, falas políticas e discussões acaloradas sem entender as polêmicas a fundo faz com que as dúvidas passem despercebidas e os questionamentos teóricos fiquem para outra hora.

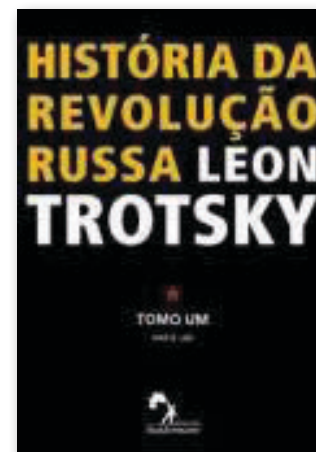
Diariamente, somos bombardeados com a ideologia burguesa e reformista, ataques políticos são feitos e, às vezes, os entendemos de maneira superficial. Ao não nos dedicarmos à leitura teórica e ao estudo diário, colocamos em risco o próprio marxismo, que sofre com o revisionismo e distorções teóricas para justificar grandes traições à classe trabalhadora.

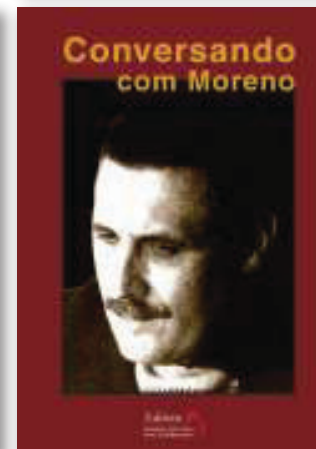
Ao nos fortalecermos teoricamente, nos fortalecemos enquanto militantes, melhoramos nossa agitação, propaganda e avançamos na solidificação do nosso programa revolucionário. Nossos objetivos vão além de melhorias nas universidades e na relação trabalhador/patrão. Almejamos uma transformação econômica e social. Para construir o partido, não podemos ter uma relação artesanal com a teoria ou nos perdemos frente as nossas táticas e estratégias.

OUTROS LIVROS VIRÃO...

Queremos avançar na publicação dos clássicos e explorar mais, editorialmente, a literatura como uma ferramenta contra-hegemônica.

Em dezembro de 2012, lançamos um novo selo editorial, Outra Margem, juntamente com o primeiro título: *Ventania do Infinito*. O selo nos possibilitará uma aproximação com diferentes públicos que veem o sistema capitalista da mesma forma nefasta, mas que traduzem essa realidade poeticamente, de forma romanceada e literária.

Em comemoração ao aniversário da Editora Sundermann, estão previstos os seguintes lançamentos: *"A biografia de Marx"*, de Franz Mehring; *"Coletânea de textos de 1917"*, de Lenin; "A história do trotskismo norte-americano", James Cannon e *"O partido bolchevique"*, de Broué.

Sundermann é o sobrenome de José Luís e Rosa, militantes do PSTU, assassinados uma semana depois da fundação do partido, em 1994. Ao dar seus nomes à nossa Editora, queremos preservar não só a memória destes companheiros, mas também de todos os que tombaram na luta pelo socialismo.

www.editorasundermann.com.br
(11) 4304-5801

Qual o legado de Chávez?

O nacionalismo burguês representado pelo chavismo não acabou com a pobreza ou a desigualdade social na Venezuela

DIEGO CRUZ, da redação

Desde que Chávez anunciou publicamente, no dia 8 de dezembro, a reincidência de seu câncer e uma nova cirurgia de emergência em Cuba, pouco ou nada se sabe sobre seu real estado de saúde. Especulações e boatos à parte, é quase consenso que a grave situação do dirigente bolivariano é irreversível e que muito dificilmente ele retornará ao cargo de presidente.

Deve-se respeitar a comoção de inúmeros ativistas e militantes honestos perante o drama pessoal de Chavez. Mas os acontecimentos recentes na Venezuela reacendem o debate sobre o chavismo e o real significado de seu *"Socialismo do Século XXI"*.

Durante os 14 anos em que esteve à frente do país, Chávez se tornou a principal referência para grande parte da esquerda no mundo. *"Hoje temos uma economia em transição ao socialismo"* chegou a discursar o vice-presidente Nicolás Maduro, ao dizer que a política do governo não mudaria no tempo em que Chávez estivesse convalescendo em Havana.

Mas seria mesmo a Venezuela dirigida pelo chavismo um país rumo ao socialismo ou, pelo menos, um avanço na luta contra o imperialismo?

UM NACIONALISMO BURGUÊS EM NOVA ROUPAGEM

O fenômeno que possibilitou o surgimento do chavismo foi um produto da mobilização das massas venezuelanas. Em 1989, uma verdadeira insurreição popular contra a miséria e a inflação, conhecida como "Caracazo", havia sacudido o país. O governo conseguiu sufocar a revolta, mas as crises econômica e política só se aprofundaram. Em 1992, o então tenente-coronel das Forças Armadas, Hugo Chávez, aproveitou-se do desgaste do governo de Carlos Andrés Pérez e tentou um golpe de Estado. Chávez fracassou, foi preso, mas se transformou em uma referência política.

Em 1998, o militar de discurso nacionalista, já anistiado, liderou uma frente de partidos reunidos em seu *"Movimiento V República"* (MVR - Movimento Quinta República) e venceu as eleições presidenciais, pondo fim à hegemonia de 40 anos dos partidos tradicionais da direita. A Venezuela que Chávez assumiu era um país com uma brutal desigualdade social e pobreza e com os políticos desacreditados após sucessivos escândalos de corrupção.

No governo, Chávez anunciou sua "Revolução Pacífica", ou seja, uma política de mudanças graduais por dentro do Estado burguês, apoiando-se, sobretudo, em sua base social, as Forças Armadas. Já a nova constituição, promulgada em 2000, teve como principal medida centralizar ainda mais o poder nas mãos do Executivo. Com a onda de revoluções que passou pela América Latina na virada do século, Chávez foi reorientando o discurso nacionalista para a sua versão peculiar de socialismo.

> As nacionalizações de Chávez são, em sua maioria, compras de ações das multinacionais, sem qualquer conflito

Se por um lado Chávez e seu governo são produtos da mobilização das massas; porém, por outro, se coloca à cabeça desse processo para institucionalizá-lo, desviando-o para uma política nacionalista burguesa, autoritária e que, apesar do discurso, não rompe com o imperialismo.

Apoiado em um setor da burguesia venezuelana que esteve ao seu lado mesmo antes de ser eleito, o governo passou à cooptação das direções sindicais e dos movimentos populares. Em 2007, Chávez avançou ainda mais em seu projeto de centralização política ao lançar as bases do PSUV (Partido Socialista Único da Venezuela), um partido com o objetivo de reunir toda sua base e a esquerda, colocando-os sob a disciplina chavista. Quem não aderiu ao partido de Chávez foi tachado de "contrarrevolucionário", mesmo que a legenda também reunisse "empresários socialistas".

HENRIQUE CAPRILES, adversário de Chavez, obteve 44,97% dos votos nas eleições de 2012.

Como produto da cooptação de dirigentes do movimento, da aproximação com empresários leais ao regime e da corrupção no aparelho do Estado, surge, ainda, a chamada "boliburguesia", a burguesia "bolivariana", que enriquece graças aos negócios com o Estado. Entre os exemplos mais proeminentes desse setor, estão o presidente da Assembleia Nacional e um dos principais dirigentes do chavismo, Diosdalo Cabello, e o presidente da PDVSA, a estatal do petróleo, Rafael Ramírez. Ambos figuram entre os homens mais ricos da Venezuela. Cabello é dono de três bancos, indústrias e ações de empresas que mantém negócios com o Estado.

As "nacionalizações" realizadas com estardalhaço pelo governo Chávez, por sua vez, não passam de aquisições de ações de empresas, compactuadas com as multinacionais do setor, sem qualquer conflito. Isso ocorre principalmente no setor petrolífero, em que a PDVSA participa de empresas mistas junto com as multinacionais da área, como também na CANTV (estatal do setor de telefonia), uma das maiores e mais lucrativas empresas do país, que, apesar de ser oficialmente estatal, tem sua maior parte controlada por empresas privadas.

HUGO CHÁVEZ, presidente da Venezuela.

A VENEZUELA DEIXADA PELO CHAVISMO

Não seria justo atribuir os graves problemas sociais da Venezuela apenas ao chavismo. Durante décadas, a direita tradicional governou o país atendendo aos interesses do imperialismo e tornando a Venezuela um dos países mais desiguais e pobres do continente. No entanto, passados 14 anos de governo Chávez, esses problemas persistem e tendem a piorar diante do agravamento da crise econômica.

Os programas sociais do governo venezuelano reduziram a pobreza extrema no país de 49% (em 1999) para 29,5% em 2011 (dados da Cepal). Mesmo assim, está acima da média da América Latina, de 28,8%. Na zona rural do país, os níveis de pobreza chegam a 59%.

Nos últimos 10 anos, o conjunto de países no subcontinente foi favorecido pela alta demanda por matérias-primas, sobretudo da China. A condição de exportadores de *commodities* (matéria prima no mercado de ações) permitiu um relativo crescimento e, em geral, as taxas de pobreza e desemprego melhoraram, como ocorreu no Brasil, ainda que os problemas sociais estruturais estejam mais presentes do que nunca (a região conta ainda com 167 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza).

Mesmo assim, em 2011, a Venezuela esteve na contramão desse processo e

teve um aumento de 1,7% no índice de pobreza em 1% na taxa de indigentes.

A verdade é que, por trás do discurso pretensamente revolucionário do chavismo, esconde-se uma política econômica que, em si, não difere muito dos governos anteriores. É totalmente dependente da exportação de petróleo (que representa 90% das exportações venezuelanas e algo como 30% do PIB), continua atrelado e pagando em dia a dívida externa (que passou de 14% do PIB, em 2008, para 30%, em 2010) e, com uma das mais altas taxas de inflação do mundo, e em 2012 fechou em 20% e atinge de forma dramática os mais pobres. Como se isso não bastasse, a violência urbana explodiu nos últimos anos.

Por trás dessa situação que continua afligindo o povo da Venezuela está um sistema que permanece beneficiando as grandes empresas e o imperialismo.

A FARSA DO "ANTI-IMPERIALISMO"

Não é por menos que a Organização dos Estados Americanos, a OEA, tenha aceitado a manobra do governo em postergar indefinidamente o atual mandato, diante da impossibilidade de Chávez em comparecer à cerimônia de posse, que deveria ocorrer dia 10 de janeiro. O imperialismo contrariou boa parte da direita venezuelana a fim de garantir uma estabilidade política que, em última instância, o beneficia.

Exemplo dessa situação foi o que o diretor para mercados emergentes do EurasiaGroup, Christopher Garman, expressou ao jornal *O Estado de S. Paulo,* no dia 9 de janeiro: *"Existe a percepção de que uma Venezuela pós-Chávez pode ser melhor para os negócios, mas nós temos de lembrar que as instituições políticas foram criadas em torno de Chávez"*, explicou, para depois afirmar: *"Com a oposição ou com um chavismo sem Chávez, nossa preocupação é que a instabilidade política e institucional possa afastar os investimentos e a confiança do investidor"*.

O setor mais importante da Venezuela atende os interesses do imperialismo. Grande parte do petróleo cru exportado pelo país, por exemplo, tem como destino os EUA (suprindo o petróleo que o imperialismo ianque deixou de contar com a crise no Oriente Médio). Enquanto isso, a Venezuela se vê obrigada a importar petróleo refinado, assim como uma série de produtos básicos que não fabrica.

A desnacionalização da produção do petróleo, cujo marco foi a quebra do monopólio estatal em 1995, aprofundou-se com Chávez e, hoje, as gigantes do setor se apoderam da matéria-prima venezuelana. A PDVSA atua em conjunto com grandes empresas multinacionais, que também contam com áreas exclusivas de exploração. Empresas como a Conoco-Phillips, a Chevron-Texaco e a Exxon-Mobil controlam algo como 40% da produção do país.

> Diosdalo Cabello, um dos principais dirigentes chavistas, é dono de três bancos, indústrias e ações de empresas

Mas, se do ponto de vista econômico, a Venezuela não contraria os interesses do imperialismo, politicamente Chávez seria um apoio à luta anti-imperialista na região? Infelizmente, nem isso. Em 2011, o governo venezuelano deixou a esquerda perplexa ao prender o representante das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) que visitava o país, o jornalista Joaquín Pérez Becerra, e enviá-lo ao governo semi-fascista da Colômbia.

Chávez assumiu publicamente a responsabilidade pela medida, que passou ao largo de qualquer lei internacional em defesa dos refugiados e exilados políticos, apenas para atender um pedido do presidente colombiano Juan Manuel dos Santos, sucessor de Álvaro Uribe.

A esquerda chavista, que aplaude de forma efusiva qualquer palavra do presidente contra os EUA, calou-se. E a história mostrou, mais uma vez, que o nacionalismo em um país periférico não é capaz de se contrapor ao imperialismo.

A RESPONSABILIDADE DA ESQUERDA

Para além dos discursos ufanistas da cúpula chavista, as perspectivas não são nada boas para os trabalhadores venezuelanos. A situação da economia se agrava, o aumento da dívida pública provoca um rombo nas contas e um déficit fiscal de 20%. Pouco antes da internação de Chávez, o governo preparava o anúncio de um pacote de ataques a fim de enfrentar a crise.Conjuntura que já vêm produzindo arranhões no governo.

O desgaste do chavismo se expressou nas eleições outubro quando, apesar de Chávez ter ganhado com relativo folga, a vantagem de 54% dos votos contra 44% do candidato adversário foi a menor desde as eleições de 1998. Grande parte dos votos do candidato da direita, o governador de Miranda Henrique Capriles, ocorreu porque muitos trabalhadores resolveram "castigar" Chávez.

Sem uma alternativa política que conseguissem identificar, muitos trabalhadores que romperam com o chavismo acabaram dando seu voto ao representante da direita. A mesma direita que destruiu o país nos anos 1980 e 1990 e que, alijada do poder, tentou um golpe em 2002 contra o governo de Chávez.

Esse é o dilema da esquerda. O governo Chávez conta hoje com o apoio da grande maioria da população, sobretudo dos mais pobres. Porém, tal apoio está ligado aos programas sociais (as "missões"), assistencialistas, que constituem fonte de sobrevivência a milhões de pessoas. Além de não resolverem os problemas estruturais do país, tais programas tendem a desaparecer diante do agravamento da crise.

A grande maioria da esquerda socialista, no entanto, não só não se lançou à tarefa de construir um polo independente, classista, como passou de malas e bagagens para o lado do chavismo, oferecendo um apoio quase que incondicional ao dirigente bolivariano e ao seu nacionalismo burguês. E aí está o drama para os trabalhadores. Quando as massas venezuelanas fizerem sua experiência com o chavismo, qual a alternativa que aparecerá para a classe trabalhadora? Nenhuma, além do retrocesso da direita.

A exemplo de Lula no Brasil, o chavismo vai na contramão do classismo e lança confusão entre os trabalhadores ao afirmar que é possível chegar ao socialismo junto com os empresários. Impede a livre organização dos trabalhadores ao reprimir e limitar a atuação dos sindicatos, partidos e movimentos independentes. Tenta fazer crer que o desenvolvimento da Venezuela não é antagônico aos interesses do imperialismo e suas empresas.

A única política realmente progressiva que se pode ter diante dessa complexa conjuntura é a luta pela organização independente dos trabalhadores, denunciando a direita neoliberal e pró-imperialista e explicando pacientemente às massas venezuelanas o real papel e caráter do chavismo.

Imperialismo francês invade Mali para manter controle sobre ex-colônia

O país africano está sob intervenção francesa com a velha desculpa de "combate ao terrorismo"

SOLDADOS franceses a caminho de Mali.

RENATO CESAR E RICARDO AYALA, de Paris

Desde o dia 11 de janeiro, o Mali está sob a intervenção francesa, com o apoio das principais potências imperialistas (EUA, Alemanha e Inglaterra) e também do Conselho de Segurança da ONU. A justificativa do presidente François Hollande, do Partido Socialista francês, é o "combate ao terrorismo". Nada mais falso. Da mesma forma que os Estados Unidos invadiram e ocuparam o Afeganistão e o Iraque, a intervenção do imperialismo francês não tem outro objetivo a não ser o de manter o controle sobre sua ex-colônia e impedir que o povo Tuareg, que luta pela sua autodeterminação, consolide os avanços que conquistaram em sua luta.

O imperialismo francês fala em impedir que se instale a "barbárie" dos salafistas (facção islâmica tradicionalista). A desculpa da intervenção, a luta contra os "extremistas islâmicos", não é outra coisa que a luta do imperialismo francês pela manutenção das fronteiras definidas de forma arbitrária quando as potências imperialistas dividiram o continente de acordo com seus interesses. E, no mesmo sentido, para que as suas empresas sigam controlando as fontes de matérias-primas na região. Estamos, assim, diante de uma guerra de agressão colonial, levada pelo imperialismo francês e pela ditadura militar fantoche deste imperialismo, cujo objetivo é o massacre do povo Tuareg.

UM POUCO DE HISTÓRIA: A INDEPENDÊNCIA E OS TUAREGS

O Mali tornou-se colônia francesa no final do século 19. Em 1960, conquistou sua independência. Apesar de, num primeiro momento, o país estreitar laços com a ex-União Soviética e ser dirigido por nacionalistas, o controle francês da região sempre esteve presente. Após a crise das dívidas dos anos 80, este controle ganhou mais força através da privatização e da presença de multinacionais no ramo da telefonia (Orange), na produção e distribuição de eletricidade (Bouygues), nas minas, na produção do algodão etc.

Um dos problemas que afeta o Mali, decorrente da presença imperialista na África a partir do século 19, foi justamente a divisão entre povos que habitavam a região, a exemplo dos Tuareg: um povo seminômade que habita a região entre Argélia, Mali, Níger, Líbia, Chade, Burkina Faso e Nigéria. Estima-se que existam cerca de 1,5 milhões de Tuareg. Desde a independência do Mali, os conflitos com os Tuareg foram constantes, pois este povo reivindica a construção de seu próprio Estado nacional.

A PRIMAVERA ÁRABE E OS CONFLITOS NO NORTE DO MALI

A derrota e a morte de Kadafi em outubro de 2011, cuja parte do seu exército era composta por populações Tuareg, teve duas consequências para a região norte de Mali: o deslocamento de uma parte dos combatentes defensores de Kadafi e também o deslocamento das armas para os grupos Tuareg da região.

Neste sentido, quatro grupos tiveram relativo reforço a partir do final de 2011: o Movimento Nacional de Libertação do Azawad (MNLA), grupo laico que luta pela autodeterminação dos Tuareg; o grupo Ansar Dine, de orientação salafista; o grupo Al Quaeda do Magreb Islâmico (AQMI) e sua cisão, o Movimento pela Unidade e Jihad na África do Oeste (Mujao), ambos de orientação islâmica, também. Os três últimos possuem alguma relação com a Al Qaeda.

No início de janeiro de 2012, o MNLA começou uma ofensiva tomando as cidades de Ménaka, Aguelok e Tessalit. A esta ofensiva, juntaram-se os outros grupos, principalmente, o Ansar Dine.

Devido aos conflitos e à instabilidade na região norte do país, o governo de Amadou Toumani Touré fez um deslocamento de tropas para sufocar a luta pela autodeterminação do povo Tuareg. O exército de Mali foi derrotado pela rebelião do povo Tuareg. Um golpe de Estado, em 22 de março, liderado pelo capitão do exército Amadou Sanogo, poucos dias antes das eleições e apoiado pelo imperialismo francês, preparou as condições para a ofensiva imperialista.

No final de maio, principalmente o MNLA e o Ansar Dine declararam o Estado independente de Azawad, que não foi reconhecido por nenhum outro país da região. Este é o verdadeiro pano de fundo da intervenção: o reconhecimento do MNLA e do Estado Azaward se converteram no centro do problema.

No intervalo entre o golpe e a proclamação do Estado Azaward, os grupos salafistas iniciaram sua ofensiva, tomando cidades do norte (como Kidal, Gao e Tombuctú). Ao não reconhecer o Estado Azaward, o imperialismo francês cria as condições para o isolamento do MNLA. Em finais de junho de 2012, o Ansar Dine e o Mujao (com o apoio do AQMI) avançaram sobre as áreas controladas pelo MNLA. Este último acabou perdendo controle da região, que passou a ser dominada pelos "islamistas radicais".

Enquanto isto, há uma reorganização do próprio governo no Mali, patrocinada pelo imperialismo francês. Em 20 de agosto de 2012, por exigência da Comunidade Econômica dos Estados Africanos do Oeste (CEDAEO), foi formado um governo de "união nacional" (dos 31 ministros, 18 faziam parte do governo anterior ao golpe e quatro ministros são ligados à junta militar que deu o golpe). Este "novo governo" tomou como objetivo o combate aos "rebeldes do norte" para garantir a unidade do Estado do Mali.

A PREPARAÇÃO DA INTERVENÇÃO FRANCESA

Neste cenário de conflito nacional, a França foi aos poucos abrindo as portas para uma intervenção armada. O antigo chefe da diplomacia francesa do governo Sarkozy, Alain Juppé, já tinha declarado, em fevereiro de 2012, que o centro de interesses era a "integralidade do território do Mali". A política do governo Hollande seguiu o mesmo caminho. Uma das manobras do governo Hollande foi conseguir a aprovação da ONU em outubro de 2012 para a preparação de uma intervenção no Mali. Em 20 de dezembro, o Conselho de Segurança aprovou o envio de militares para "estabilizar" a região.

ABAIXO A INTERVENÇÃO IMPERIALISTA FRANCESA!

O verdadeiro objetivo do imperialismo francês é garantir a divisão da África tal como ela foi concebida, há mais de um século, pelos imperialismos: separando povos com tradições e línguas próximas para garantir o bom funcionamento do saque imperialista realizado pelas empresas francesas.

Neste sentido, são absurdos, as declarações do Partido de Esquerda e do Partido Comunista Francês, principais organizações da Frente de Esquerda, de que a intervenção francesa é "inquietante", que deveria ser feita sob a bandeira da ONU ou que deve ter somente o papel de "impedir" o avanço dos grupos rebeldes à Bamako, capital de Mali. A questão central, no entanto, não é quem dirige a intervenção estrangeira, mas a própria intervenção imperialista. Mais uma vez, o Partido Socialista se coloca à frente da defesa dos interesses coloniais da França e apoia o seu próprio imperialismo.

É necessário desmascarar a política do Estado imperialista francês com uma ampla campanha contra a intervenção imperialista e desmascarar a união sagrada que em nome dos "direitos humanos" poderá promover mais uma matança na África.

"Existem 100 milhões de mulheres desaparecidas na Índia"

WILSON H. SILVA, da redação.

No início de janeiro, o Opinião Socialista entrevistou Adhiraj Bose, militante do "New Wave", grupo indiano que mantém relações fraternais com a Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI). A entrevista foi realizada após o estupro coletivo de uma jovem dentro de um ônibus em Nova Déli, na Índia, por passageiros. O estupro gerou uma onda de protestos no país e uma comoção em todo o mundo. Durante a entrevista, Adhiraj destaca a situação dos setores oprimidos, especialmente as mulheres, na Índia e comenta sobre a onda de protestos que sacudiu o país.

MILHARES DE PESSOAS protestaram no dia 22 de dezembro contra o estupro de uma estudante de 23 anos em um ônibus.

OPINIÃO SOCIALISTA - QUAL É A SITUAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA ÍNDIA?

Adhiraj Bose – Gostaria de começar salientando que as mulheres indianas talvez estejam entre as mais oprimidas do mundo. A violência sexual é uma parte importante das formas predominantes de opressão das mulheres que incluem *foetecide* feminino (matar a mulher antes do nascimento), mortes em função do dote, violência doméstica e assédio constante.

O Centro Nacional de Registros de Crimes (NCRB) compila estatísticas sobre a criminalidade no país e, considerando seus registros, há mais de 24 mil estupros por ano e cerca de 36 mil casos de assédio foram notificados apenas no ano passado. O número de mortes em função do dote está entre entre 7 e 8 mil por ano. Em 2010, este tipo de opressão machista causou 8.319 mortes. O princípio do dote baseia-se no fato de que a família da noiva deve pagar uma espécie de "seguro"para cobrir os "serviços prestados" pela família do noivo em "cuidar da noiva".

Embora o dote tenha sido legalmente abolido em 1961, a simples aprovação da legislação não conseguiu libertar as mulheres desta maldição, já que estrutura familiar permanece intacta. E a família assassina geralmente encontra maneiras de sumir com as provas que podem incriminá-los. A extensão da violência pode ser medida pela estatística que mostra que existem 100 milhões de mulheres desaparecidas na Índia.

OS - EM DEZEMBRO, OS PROTESTOS ACONTECERAM QUASE QUE DIARIAMENTE E EM TODO O PAÍS, O QUE TEM SIDO APONTADO COMO UM "VIRADA" NA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA SEXUAL NA ÍNDIA. POR QUE ISSO ESTÁ ACONTECENDO AGORA?

Adhiraj Bose - Os protestos em Nova Déli culminaram em uma revolta agressiva, uma rebelião, não apenas algo espontâneo. Antes desta onda, houve mobilizações de massa em torno de incidentes isolados de estupro ou exemplos mais notáveis, como durante os assassinatos Khairlanji (massacre, em 2006, de uma família de "dalit", ou "intocáveis", por membros de castas "superiores", no qual as mulheres da família foram arrastadas nuas pelas ruas, antes de serem violentamente mortas) e o caso de Jessica Lall (uma modelo, assassinada, em 1999, durante uma festa pelo filho de um deputado do partido governante).

Também, há tempos, está em curso um processo de mobilização contra a "Lei dos Poderes Especiais das Forças Armada" que tem sido utilizada para proteger os militares das acusações de estupro e crimes sexuais, principalmente no Nordeste da Índia.

O incidente em Nova Déli, porém, é especial por mais de uma razão. Os protestos, inicialmente pacíficos, foram recebidos com violência policial, o que desencadeou novas e mais intensas mobilizações que, mais tarde, assumiram a forma de revolta aberta. Quando a situação ficou tensa em Nova Déli, o resto da nação acordou e vimos os protestos surgirem em todas as grandes cidades.

OS - A IMPRENSA BRASILEIRA ESTÁ DESTACANDO QUE A POPULAÇÃO CLAMA PELA A PENA DE MORTE PARA OS ESTUPRADORES. QUAL É A POSIÇÃO DO "NEW WAVE"SOBRE ISSO?

Adhiraj Bose – A lamentável ausência de aprisionamento e condenação de estupradores levou a demonstrações de intensas frustração e raiva, o que, atualmente, assumiu a forma de exigência da pena de morte. Enquanto nós simpatizamos completamente com a raiva das massas, não apoiamos qualquer reivindicação para a imposição de pena de morte. Nós não defendemos o direito de dar aos burgueses uma arma de assassinato legalizada. A Índia já prevê casos de pena de morte que, de acordo com relatórios, têm sido usada e abusada.

OS - ASSIM COMO NO RESTO DO MUNDO, ALÉM DA VIOLÊNCIA, A OPRESSÃO DA MULHER ASSUME DIVERSAS OUTRAS FORMAS QUE GERALMENTE SE COMBINAM COM A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA. COMO É ISTO NA ÍNDIA?

Adhiraj Bose – Os assassinatos, assédio e torturas representam apenas a manifestação visível e mais violenta da discriminação de gênero na Índia. A violência velada e cotidiana que as mulheres têm de suportar inclui a discriminação no local de trabalho, com salários mais baixos e o sub-emprego.

A condição das mulheres na zona rural é geralmente pior do que nas áreas urbanas. No campo, os costumes arcaicos continuam a dominar, apesar da invasão do capitalismo moderno. Longe de resolver as tensões sociais em suas raízes, o capitalismo indiano só conseguiu exacerbá-las. Senhores semi-feudais usaram suas conexões políticas para se tornarem agricultores capitalistas. Isto é mais visível na situação em Haryana e outras partes do noroeste da Índia, onde os Khap panchayats (conselhos Khap, formados pelas castas de elite das aldeias) aplicam a "justiça" com base em idéias arcaicas e preconceitos de gênero.

OS - EM SEUS PANFLETOS, VOCÊS DIZEM QUE A VIOLÊNCIA SEXUAL ATINGE PRINCIPALMENTE AS MULHERES, MAS TAMBÉM É FORTE CONTRA GAYS, LÉSBICAS, BISEXUAIS, TRANSSEXUAIS E TRAVESTIS (LGBT). O BRASIL TEM UMA MÉDIA DE 300 MORTOS DE LGBT'S POR ANO EM ATAQUES HOMOFÓBICOS. QUAL É A SITUAÇÃO NA ÍNDIA? COMO É O MOVIMENTO LGBT EM SEU PAÍS E COMO ATUAM EM RELAÇÃO À SITUAÇÃO ATUAL?

Adhiraj Bose – Na Índia, o movimento é bastante incipiente em comparação ao Brasil. Ele está atualmente dominado por lideranças da elite burguesa, sem a participação dos pobres. No entanto, isso está mudando e o movimento está se tornando cada vez mais amplo e mais aceito pelos demais movimentos sociais. Atualmente, o movimento pelos direitos LGBT trabalha em torno da luta pela abolição da seção 377 que proíbe que homossexuais tenham práticas sexuais, sob o pretexto de que isto é "sexo não natural". Uma decisão importante foi aprovada na Alta Corte de Deli, reconhecendo esta seção como ultrapassada e que precisa ser derrubada. No entanto, a lei ainda tem de ser alterada e o caso está pendente no Supremo Tribunal Federal.

Em relação à situação atual, a comunidade LGBT se solidariza amplamente com a luta contra os estupros e se engaja nos protestos em geral.

www.pstu.org.br
Leia a entrevista na íntegra no Portal do PSTU

UM ANO DA DESOCUPAÇÃO

Famílias do Pinheirinho conquistam moradias

Moradores entram em programa que prevê a construção de mil moradias.

LUCIANA CANDIDO e **RAÍZA ROCHA**, enviadas a São José dos Campos (SP)

Quando o PSDB e a Polícia Militar destruíram a Ocupação Pinheirinho, em São José dos Campos (SP), com extrema violência e crueldade, pensaram que estavam destruindo aquele povo. Enganaram-se. Os ex-moradores continuaram lutando e, agora, quando, no dia 22 de janeiro, acontece o ato de um ano da desocupação, as famílias estão conquistando suas moradias.

Após negociações com os governos federal e estadual, com a participação da Caixa Econômica Federal (CEF), já estão em andamento dois projetos para a construção de aproximadamente 1.000 moradias através do programa *"Minha Casa, Minha Vida – Casa Paulista"* (MCMV). Será uma modalidade diferente, que atende a famílias que ganham de zero a três salários mínimos, realizada por convênios com entidades. Neste caso, os convênios são com a Associação Democrática por Moradia e Direitos Sociais (ADMDS), reformulada em 2012, a partir da luta dos moradores do Pinheirinho. O projeto, o controle e a fiscalização da obra serão realizados pela ADMDS e as famílias.

Os projetos significam uma inversão da lógica até agora predominante no Plano Habitacional do governo federal, já que o MCMV não chegou nem perto da meta de construção de moradias destinadas às famílias de baixa renda (que recebem até três salários mínimos), responsáveis por 90% do déficit habitacional do país. Isso acontece porque, pelas especificações deste tipo de imóvel, as construtoras obtêm menos lucros. Assim, o que tem prevalecido é a construção de unidades para famílias com renda entre três e seis salários e, principalmente, de seis a dez, que são as mais lucrativas.

UM PROJETO DIFERENTE

A luta das famílias do Pinheirinho se tornou um símbolo. Isso fez com que estes projetos tenham uma série de particularidades. Segundo o programa do governo, cada entidade tem o direito a construir apenas 600 unidades. No entanto, neste caso, poderão ser construídas quantas unidades forem necessárias para atender à demanda das famílias do Pinheirinho, ou seja, em torno de 1.700.

O valor máximo de cada unidade, incluindo o terreno, também será superior. Por pedido da ADMDS, cada moradia custará R$ 96 mil, enquanto o valor para o interior do estado de São Paulo é de R$ 76 mil. O valor do imóvel será pago em dez anos, com prestações fixas que variam entre R$ 25 e R$ 50 de acordo com a renda familiar.

O projeto dos conjuntos habitacionais, que tramita na CEF, está sendo assessorado pelo Coletivo Usina - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado, que atua, principalmente, junto aos movimentos sociais. Um dos projetos prevê a construção de 506 unidades habitacionais no Parque Interlagos e, o outro, de 528 unidades no Bairrinho.

O projeto de Interlagos está mais avançado e servirá de base para os demais. A concepção e a execução terão a participação das famílias. Cada unidade terá 63m² de área total, maior que as unidades de 43m² a 50m² geralmente construídas pelo governo do estado através da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). Está previsto um espaço para guardar equipamentos de reciclagem, pois muitos sobrevivem dessa atividade.

Também existe a proposta de que os próprios moradores que trabalham na construção civil trabalhem na obra. Essa seria uma forma de oferecer trabalho, mas também de fiscalizar a construção.

A ideia é chegar a um projeto integrado, com áreas para pequenos comércios, escola, creche e áreas de lazer. Esses espaços e equipamentos serão reivindicados junto à prefeitura.

PROJETO elaborado em parceria com a USINA - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado.

Cronologia

Em fevereiro de 2004, cerca de 150 famílias ocuparam uma área conhecida como Pinheirinho, em São José dos Campos, que estava abandonada há 30 anos. Durante oito anos, construíram um bairro com ruas, casas de alvenaria, igrejas e pequenos comércios. Em 2012, já eram 7 mil moradores. Havia uma praça central, a Praça Quilombo dos Palmares.

Semanalmente, aconteciam reuniões nos setores do bairro. Aos sábados, todos se reuniam em assembleia num barracão na praça para debater e decidir sobre os problemas da comunidade.

Na manhã de 22 de janeiro de 2012, um domingo, uma ação policial ilegal de extrema violência destruiu o Pinheirinho. Mais de 2 mil policiais com armas letais e não letais, helicópteros e muitas bombas humilharam e agrediram a população, retirando-as de seus lares.

As pessoas foram levadas para um centro de triagem semelhante a um campo de concentração. De lá, foram para abrigos em condições sub-humanas. Tratores destruíram suas casas e seus pertences. Duas mortes aconteceram em decorrência da invasão. Também houve denúncia de estupros no bairro vizinho, que apoiou a resistência do Pinheirinho.

Famílias continuam lutando pela desapropriação

No último dia 17, o governador Geraldo Alckmin (PSDB), após reunião com o atual prefeito Carlinhos Almeida (PT), anunciou os convênios para a construção das moradias. Os projetos em marcha envolvem a construção de pouco mais de 1.000 unidades habitacionais, mas faltam, ainda, cerca de 700 unidades para atender a todas as famílias. A reivindicação dos moradores é que estas sejam construídas no terreno do Pinheirinho. Eles querem a desapropriação de pelo menos parte da área desocupada, que hoje está abandonada.

O que o movimento propõe é que a desapropriação seja feita pela prefeitura, em troca da dívida de R$ 47 milhões que a empresa Selecta S.A., controlada pelo megaespeculador Naji Nahas, acumula junto aos cofres públicos. Deste total, R$ 1,1 milhão é devido para a União, e R$ 36 milhões para o município. Destes, R$ 17 milhões se referem a impostos e taxas, desde 1992. Após a desocupação, a Selecta acumulou mais R$ 29 milhões em multas por não ter cumprido as exigências de limpeza do local. Além de não ter sido feita a remoção do entulho das demolições, uma parte deste foi enterrada no próprio terreno, o que configura crime ambiental.

A desapropriação em troca da dívida é uma medida legal chamada adjudicação. Em seguida, a área deverá ser transformada em Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Tudo é perfeitamente possível de ser feito, basta que haja vontade política. Essas reivindicações serão levadas ao prefeito Carlinhos Almeida.

"Pinheirinho é um exemplo que eles não conseguiram apagar"

LUCIANA CANDIDO E RAÍZA ROCHA, enviadas a São José dos Campos (SP)

Um ano após milhares de famílias serem expulsas de suas casas, o **Opinião Socialista** conversou com Antônio Donizete Ferreira, o Toninho, da direção do PSTU e advogado do Movimento de Ocupação do Pinheirinho. Toninho falou sobre a continuidade da luta por justiça e punição dos responsáveis pela violenta desocupação. O advogado reafirmou que o Pinheirinho continua vivo na luta por moradia.

OPINIÃO SOCIALISTA: APÓS A DESOCUPAÇÃO DO PINHEIRINHO, UMA SÉRIE DE INICIATIVAS JURÍDICAS E POLÍTICAS FORAM TOMADAS. COMO ANDAM ESTAS AÇÕES DEPOIS DE UM ANO?

Em primeiro lugar, a desocupação foi um festival de irregularidades. Em termos judiciais, inclusive, está absolutamente tudo errado. O processo não terminou. Não deixamos que ele fosse arquivado. Primeiro, porque a liminar que nós tínhamos na época impedia a desocupação. Além disso, nós entramos com mais de mil ações pedindo ressarcimento das perdas, por dano moral e material. Os moradores do Pinheirinho perderam tudo. Suas casas, seus móveis; tudo o que tinham nos seus lares se perdeu, ficou nos escombros. E, além do mais, perderam o seu baú de recordações, fotos antigas, discos, roupas, bichinho de pelúcia. Ainda foram submetidos a uma violência desumana quando, às cinco e meia da manhã, foram acordados com um batalhão da polícia na porta das suas casas, com gás lacrimogêneo sendo lançado dos helicópteros. Alguém precisa ressarcir, precisa compensar isso tudo. O Estado, a prefeitura ou a massa falida. Neste sentido, fizemos também uma representação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que sejam apuradas as responsabilidades do juiz Ivan Sartori, presidente do Tribunal da Justiça de São Paulo; de Rodrigo Capez, assessor do presidente do TJ-SP, e da juíza Márcia Loureiro, de São José dos Campos. A representação ainda não foi decidida, mas vai, agora, para o pleno. Alguém precisa ser responsabilizado por toda a violência. Nós achamos que quem aperta o gatilho tem responsabilidade, mas quem manda apertar o gatilho também é culpado. Fizemos também uma representação na Organização dos Estados Americanos (OEA), assinada e enviada por renomados juristas brasileiros.

COMO ESTÁ A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO DO PINHEIRINHO APÓS A DESOCUPAÇÃO?

Continuamos realizando assembleias com os moradores de quinze em quinze dias no Campão, no Campo dos Alemães. Existem também reuniões por bairros onde eles estão morando. Nestas reuniões, é discutida a perspectiva da luta e como os moradores estão vivendo. O Pinheirinho não era apenas um terreno. Era muito mais que isso. Pinheirinho é um povo, que possui toda uma particularidade. É um povo que aprendeu que precisa se defender, que precisa lutar. E essa luta segue. O dia 22 de janeiro foi uma data muito triste, mas não foi o final. A luta não terminou e seguirá até que estas pessoas tenham uma casa. E mesmo quando já estiverem morando nas novas casas, vamos continuar organizados para continuar lutando por tudo o que têm direito. Por exemplo, que as mulheres continuem organizadas na luta por creche, mais escolas e contra a violência doméstica. Pinheirinho é um exemplo que eles não conseguiram apagar. Tanto é que muitas ocupações que vieram depois, no Brasil inteiro, são chamadas de "Novo Pinheirinho".

Enquanto tiver uma família sem teto, temos que continuar nossa luta. E os moradores do Pinheirinho sabem disso.

RAÍZA ROCHA

TONINHO, advogado do Pinheirinho.

"A gente está mais unida que nunca"

RAÍZA ROCHA

Visitamos a família de Jailma da Conceição para ver como está a sua vida, um ano depois da desocupação. Encontramos a dona de casa com a filha Rafaela. Mas o que encontramos não foram pessoas destruídas ou derrotadas. A tragédia se transformou em força.

"Eles não tiraram só as casas da gente, eles tiraram a dignidade, a gente foi muito humilhada", disse Jailma, que vive num cômodo com o marido e três filhos. O banheiro foi improvisado com tapumes. Um armário divide a casa em quarto e cozinha. Na hora de dormir, colchões são espalhados pelo cômodo. Por esse desconforto, a família paga R$ 500, valor do bolsa-aluguel do governo do Estado.

No Pinheirinho, Jailma construiu a própria casa. *"Tinha o meu quarto, a sala, a cozinha, o quarto das crianças e outro quartinho que a gente estava fazendo"*, lembra. O marido de Jailma não conseguiu mais emprego na região. Hoje, trabalha em São Paulo e é obrigado a passar dias fora de casa.

"Lá [no Pinheirinho] meus filhos tinham de tudo, a minha geladeira era cheia. Hoje não tem", conta. *"Ele [filho] fica mais ali na pracinha, porque se ele fica dentro de casa, ele quer comer uma coisa diferente e não tem. Eu vou fazer o quê? Vou matar? Não vou. Lá eles tinham as coisas deles."*

Na parede, Rafaela exibe as medalhas que ela e o irmão conquistaram em campeonatos de judô. Eles foram obrigados a abandonar o esporte depois do despejo.

Enquanto conversávamos, a irmã de Jailma, Aldenora, e a mãe, Francisca, chegaram. *"A minha casa era enorme, dois quartos, sala, cozinha, dois banheiros"*, diz Aldenora. Hoje, cinco pessoas dividem quatro cômodos pequenos. Para Aldenora, não foi só a casa que mudou: *"Eu tenho depressão, tomando remédio, estou cheia de problemas de saúde. Os meus dois rins, se eu não tomar remédio, eu não faço xixi"*. Hoje ela toma seis medicamentos diferentes por dia. *"Depois que eu saí do Pinheirinho, veio um monte de coisas à tona. Minha pressão não cede mais."*

Quando perguntamos sobre as casas novas, Jailma diz que só acredita vendo. Mas esta não é uma expressão de desesperança. Pelo contrário, ela aprendeu que nenhuma conquista vem sem luta: *"Ele quis quebrar a espinha do Pinheirinho, o prefeito, mas não conseguiu. A gente está mais unida que nunca. E eu vou ter a minha casa"*.

Perguntada se vai ao ato do dia 22, Aldenora respondeu: *"Eu vou ser uma das primeiras, já convidei minhas amigas tudinho. E quando eu estiver lá, eu vou dizer 'Olha aí, Eduardo Cury, tá achando que a gente desistiu?' Desistiu nada! Agora é que nós estamos mais fortes!"*.

Sindicalismo alternativo faz encontro internacional em Paris

CSP-Conlutas e Solidaires da França, entre outros setores, impulsionam encontro nos dias 22, 23 e 24 de março

Da redação

Os trabalhadores e a juventude em todo o mundo lutam e resistem contra os efeitos da crise econômica internacional. Na Europa, atual epicentro da crise e dos ataques, expressos nos planos de corte e austeridade impostos pela troika (FMI, Banco Central Europeu e Comissão Europeia), os trabalhadores protagonizam grandes enfrentamentos.

Nessa resistência, a luta também se internacionaliza. No dia 14 de novembro, em um feito inédito, uma jornada de lutas contra a política de cortes e austeridade reuniu 23 países do velho continente. Na África do Sul, operários da mina de Marikana comoveram o mundo ao enfrentarem uma dura repressão, que assassinou 34 operários. A Primavera Árabe, no Norte da África, também é expressão desse processo.

Muitas dessas mobilizações atropelam as direções burocráticas tradicionais do movimento de massas, que não conseguem mais cumprir seu tradicional papel de dique das lutas. Em várias partes do planeta, em maior ou menor grau, ocorre um rico processo de reorganização, no qual as entidades de base, independentes e de luta se fortalecem e desenvolvem importantes mobilizações, por fora das entidades burocráticas. Portugal, Itália e Espanha são países em que esse processo aparece de forma mais destacada. Até na China se avançou na construção de um sindicalismo independente.

Para impulsionar a organização independente dos trabalhadores e aprofundar a troca de experiências de diferentes países, a CSP-Conlutas e a central Solidaires, da França, junto a outras entidades, estão impulsionando um Encontro Sindical Internacional para os próximos dias 22, 23 e 24 de março, em Paris, cujo objetivo é o de justamente aglutinar entidades combativas de vários países a fim de avançar na resistência aos ataques. O critério de participação é justamente esse: apostar na luta independente dos patrões e do governo e funcionar com base na democracia operária.

MUITAS VOZES, UMA SÓ LUTA

O primeiro chamado para o Encontro Internacional do Sindicalismo Alternativo surgiu em uma reunião realizada entre as organizações presentes no Congresso do Solidaires, na França, em junho de 2011, no qual a CSP-Conlutas participou.

Em maio de 2012, logo após o Congresso da CSP-Conlutas, uma reunião envolvendo cerca de 20 entidades de vários países aprovou um manifesto de convocação do encontro no qual foram lançadas as bases para a sua realização e seus objetivos. *"Construir um pólo que busque aglutinar os setores do movimento sindical, popular, da juventude, independentes e alternativos que enfrentem os ataques do Capital em todas as suas formas e não aceitem a lógica de conciliação das direções burocráticas tradicionais"*, assinalava o documento.

De lá para cá, várias reuniões internacionais avançaram na organização e convocação da reunião. Segundo Dirceu Travesso, o Didi, da Executiva Nacional da CSP-Conlutas, *"podemos reunir uma representação de mais de 30 países das Américas, Europa, Norte e Sul da África e da Ásia"*. Segundo o dirigente, embora as organizações sejam minoritárias em seus países, não são marginais e representam processos reais de luta que se desenvolvem em diferentes partes do mundo.

"Precisamos de um encontro que se reúna já em base a resultados que apontem de maneira clara que queremos construir uma rede para a luta e resistência, além dos debates e trocas de experiências, que possam fortalecer a unidade internacional e as organizações e lutas de resistência em cada país", comentou Didi.

Uma pequena mostra das enormes possibilidades que esse encontro pode apontar é o dia de ação global contra os ataques na GM que estava prestes a ocorrer enquanto fechávamos essa edição. Trabalhadores da Alemanha, Estados Unidos, Estado Espanhol, Colômbia, França, Argentina e Itália preparavam protestos contra os ataques da montadora para o dia 23 de janeiro (veja as páginas centrais).

Calendário de preparação

ATÉ 25 DE JANEIRO
Inscrição de todas as organizações e movimentos que queiram mandar representantes com o número pretendido.

DE 28 DE JANEIRO A 2 DE FEVEREIRO
Reunião do Coletivo Internacional para preparação do Encontro e discutir critérios de representação.

5 DE FEVEREIRO
Envio para todas as entidades e movimentos da proposta de delegação com os critérios, caso seja necessário.

22, 23 E 24 DE MARÇO
Encontro Sindical Internacional em Paris, na França.

MANIFESTAÇÃO do Sindicalismo Alternativo em Madri, no 14N.